



Plano de Governo

2023 - 2026

Coligação Juntos Pelo Povo de Minas Gerais

Introdução

Não há floreios ou rodeios a fazer. Este **Plano de Governo** procura trazer, de uma **forma simples, direta e objetiva**, o **compromisso do futuro governador do Estado**, Alexandre Kalil, de André Quintão, vice, e de todos e de todas que integram a Coligação Juntos pelo Povo de Minas Gerais: *é preciso fazer por Minas o que o povo de Minas necessita que seja feito por ele.*

Não é aceitável que o Estado tenha à frente uma gestão que tem sido omissa, ausente e insensível às inúmeras carências, dificuldades, demandas, necessidades e urgências da sociedade, dos setores produtivos - no campo e nas cidades - e do próprio Estado mineiro. **Não é aceitável** que o Palácio Tiradentes, sede do executivo estadual, administre o Estado subordinando-o a interesses privados, realizando a gestão em benefício de grandes e poderosos grupos econômicos, deixando os mais vulneráveis - **milhões martirizados pela fome e pela pobreza** - os pequenos e médios empresários e produtores rurais à deriva.

Este Plano de Governo apresenta, de forma sintética, **propostas e ações, em diversos campos da vida**, com o **objetivo de devolver a dignidade a Minas Gerais**. Alexandre Kalil, futuro governador e principal dirigente do estado, e André Quintão, vice-governador, vão liderar, ao serem eleitos, uma ampla e plural mobilização social, política, cultural, institucional e ambiental, em **diálogo e interlocução com o Governo Federal** sob a Presidência de Lula, para devolver Minas Gerais aos mineiros.

As **temáticas** tratadas neste documento, aqui entendidas como reais preocupações da Coligação Juntos pelo Povo de Minas Gerais, - a saúde, a infraestrutura, a segurança pública, a educação, a gestão fiscal, o turismo e a cultura, o desenvolvimento econômico, a assistência, a promoção da dignidade, dos direitos humanos e sociais, a proteção à vida, o respeito às diferenças e a predisposição ao diálogo, entre tantas outras - **estão articuladas e entrelaçadas**.

Políticas públicas, para terem êxito na missão de transformar e assegurar dignidade, sobretudo àqueles que mais necessitam, sempre **demandaram uma visão sistêmica, uma costura, um ajuntamento de esforços e compromissos**. É no cerzido, feito com atenção, gosto, vontade e carinho, que as políticas públicas vão adquirindo concretude. Como nos ensina o poeta, mineiro de Itabira, “não importa a distância que nos separa, se há um céu que nos une” (Carlos Drummond de Andrade).

O futuro de Minas Gerais precisa ser reescrito. **É necessário recuperar a esperança**.

A partir de outubro, nas urnas, com a eleição de Alexandre Kalil para governador, Lula para presidente da República e Alexandre Silveira para senador, vamos **colocar a política a serviço do interesse público** do Brasil e de Minas Gerais.

O **suposto ajuste de contas** anunciado pelo atual governo de Minas Gerais **não passa de narrativa ficcional**, criada a partir de receita extraordinária gerada pela inflação, às custas da redução do poder de compra das famílias mineiras. Acrescente a este quadro a suspensão de pagamento da dívida estadual junto ao Governo Federal em liminar concedida em 2016 ao Governo de Fernando Pimentel.

A situação fiscal do Governo do Estado de Minas Gerais **padece de problemas estruturais**, agravados nos últimos anos. O conjunto de despesas não passíveis de contingenciamento, tidas como obrigatórias, ocupam parcela significativa da receita orçamentária, sobretudo, da receita tributária e de transferências constitucionais. Essas receitas, excluídas as vinculações constitucionais para a saúde, educação, ciência e tecnologia, compõem as fontes, em tese, para livre aplicação do governo.

Os números comprovam os fatos. Ao se comparar os dados de dezembro de 2018 a dezembro de 2021, conforme os balanços, temos:

- A **dívida consolidada líquida** do Estado saiu de cerca de R\$107 bilhões para R\$140 bilhões em três anos, verificando um crescimento de 31%.
- A **disponibilidade de caixa** foi de R\$32 bilhões de insuficiência (déficit financeiro) para R\$42 bilhões negativos, crescendo 31,2% no período;
- **Restos a pagar** de R\$28,2 bilhões para R\$58,9 bilhões, com crescimento de mais de 100%.

Historicamente, as receitas foram sendo fortemente comprometidas com despesas de pessoal, cobertura de déficit previdenciário, sentenças judiciais e serviço da dívida, em um contexto de **ausência de reformas estruturais**. Este quadro vem arrastando o Governo do Estado para uma crise fiscal e impedindo a ampliação de serviços públicos e a melhoria de sua qualidade.

O Estado, cada vez mais, torna-se refém de episódios, de momentos breves e incertos de crescimento extraordinário da receita. Portanto, **qualquer melhoria do quadro fiscal ventilada nos últimos anos é artificial e ficcional**.

Não houve, portanto, esforço do atual poder executivo estadual para viabilizar, por exemplo, o pagamento de salários em dia. Essa e outras ações decorrem de fatores externos à gestão estadual, alheios ao esforço de ajuste fiscal que possibilitaram esse ajuste contingencial. Pagar em dia não pode ser uma plataforma de governo!

A **suspensão temporária do pagamento** bilionário da dívida, somada à receita extraordinária obtida por meio da inflação sobre os bens e serviços, permitiram a existência deste cenário de calma fiscal, que cria a sensação temporária da inexistência de um rombo nas contas públicas. Por se tratar de uma suspensão temporária, no entanto, **a dívida não desapareceu**. Vem sendo acumulada e vai comprometer os próximos governos. Permanece a estratégia de vender o futuro para pagar o presente.

Outro aspecto que merece destaque é a **capacidade de investimento**. Essa retomada ocorre a partir dos **recursos provenientes da tragédia em Brumadinho**, provocado pelo rompimento de uma barragem de rejeito de minérios. Dessa forma, o atual governo fala de ajustes das contas quando o que está posto é o adiamento de dívida, beneficiado pela decisão conquistada no governo anterior, somada à receita de inflação de bens de consumo, serviços e aos recursos de reparação de uma das maiores tragédias humanas, ambientais, sociais e econômicas vividas pelo Estado de Minas Gerais. Nenhuma das fontes refere-se a qualquer esforço de ajuste das contas do Governo Estadual.

"Restos [sempre] a fazer"

A ilusão de uma suposta melhora do contexto fiscal sem considerar o endividamento crescente a partir do aumento da dívida de longo prazo e, sobretudo, da dívida de curto prazo, revela o grave problema estrutural nas contas estaduais. Isso não só compromete o futuro da sustentabilidade do Estado, mas também a entrega de políticas públicas. Os **restos a pagar** sem a garantia de recursos em conta para fazer face ao pagamento das despesas nada mais são que "restos a fazer". Isso pôde ser observado na execução orçamentária da Saúde e da Educação. O Governo do Estado parcelou o pagamento de despesas empenhadas e não pagas de repasses aos municípios em mais de 90 meses.

Como se não bastasse a **insuficiência de caixa estadual** para fazer face aos compromissos, a **fraca articulação com o Governo Federal**, apesar do evidente alinhamento ideológico, vem deixando **Minas Gerais completamente fora do eixo de investimentos da União**. Embora o governador do Estado tenha relações estreitas com o presidente da República, essa proximidade não trouxe qualquer dividendo para o Estado em termos de investimentos para Minas Gerais que pudesse alavancar sua matriz econômica e imprimir um ritmo de crescimento mais forte. A timidez do governador do Estado em se reportar à União e a irrelevância dada ao Estado de Minas Gerais mantêm a situação estrutural de Minas Gerais em frangalhos.

Protagonismo político de Minas Gerais

Entre as diversas propostas a serem tratadas aqui neste Plano, uma delas, relegada a segundo plano pelo atual governo do Estado, será a de **reposicionar Minas Gerais no mapa político do País**, resgatando o seu papel protagonista no contexto nacional. Reconduzir Minas Gerais ao lugar que lhe cabe na federação será ponto fundamental para a retomada dos investimentos em infraestrutura, no potencial logístico, no fortalecimento da rede regionalizada da saúde e na recuperação da capacidade do sistema único de assistência social. O Estado precisa **chamar a União à sua responsabilidade para com a malha rodoviária federal** que corta o território mineiro e para com o financiamento de políticas públicas que fazem parte de suas atribuições constitucionais.

A benevolência da União em fazer política com renúncia de receitas, abrindo mão de recursos alheios, trouxe, por exemplo, com a Lei Kandir um fardo fiscal que tem sido difícil de se carregar. A **repactuação** de uma legislação mais adequada, justa ao Estado e a seus municípios **será buscada de forma incansável por esta Coligação**. Todos os 853 municípios do estado merecem e terão uma forma mais justa e equitativa de financiamento e cooperação federativa.

O **Regime de Recuperação Fiscal** tem que ser tratado a partir de uma **melhor articulação** com o Governo Federal. Não se pode simplesmente aceitar os valores impostos. Há necessidade de lembrar justamente que por conta da **compensação da Lei Kandir** a União tem uma dívida, em valores equivalentes, com Minas Gerais. Da mesma forma, há que ser considerados os impactos junto aos servidores públicos estaduais e a capacidade do Estado na manutenção de suas obrigações junto à população. É necessário diálogo, responsabilidade e avaliação adequada dos impactos. Não dá pra aceitar um Regime de Recuperação Fiscal que resulte no aumento de anos de falta de perspectivas para os servidores. Respeito é o que merecem os servidores públicos de Minas Gerais.

"Cheque especial"

A única saída apontada pelo governo do Estado foi a **tentativa de venda das estatais mineiras**, propos-

ta que veio acompanhada da privatização das universidades estaduais. O Estado, que sempre contou com empresas de grande competência técnica e altíssima reputação junto aos seus cidadãos, poderia, se lograsse êxito nesta empreitada irresponsável, ver aniquiladas décadas de história. E **o resultado não seria definitivo**, mas apenas mais um paliativo, uma redução de dívida fazendo-se uso do “cheque especial”.

De acordo com os dados divulgados do relatório de diagnóstico feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, as parcelas pertencentes ao Estado na Cemig e na Companhia de Saneamento de Minas Gerais (**Copasa**), responsável pela prestação de serviços de saneamento na maior parte do estado mineiro, estavam avaliadas, respectivamente, em R\$4 bilhões e R\$3,1 bilhões. É impensável imaginar que uma empresa como a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (**Cemig**), uma das principais concessionárias de energia elétrica do Brasil, criada há 70 anos por Juscelino Kubitschek, indissociável do desenvolvimento socioeconômico do Estado, poderia ser vendida, juntamente com Copasa para arrecadar uma quantia que não cobre uma e meia folha de pagamento mensal do Estado.

Os **restos a pagar** do Estado apurados em 31/12/2021, ou seja, compromissos de curto prazo assumidos e não pagos até esta data, somam **quase R\$59 bilhões**. Assim, as maiores estatais, com sua história, competência e inestimável valor estratégico no desenvolvimento de Minas Gerais, seriam vendidas por valor equivalente a 12% das obrigações de curto prazo, sem qualquer potencial de mudar a situação fiscal estrutural do Estado.

Em nome do interesse de Minas Gerais

Somente um **alinhamento político com a União**, realizado de forma cooperada e respeitosa, pode dar solução a uma questão fiscal estrutural como a que Minas Gerais experimenta. Mas o que se viu recentemente foi justamente o contrário, de ambas as partes: a União definiu e o governo estadual aderiu de imediato sem firme posição em contrário.

De acordo com dados divulgados pelo Governo do Estado, **a perda com o ICMS nos combustíveis** está estimada em **R\$12 bilhões**. Como pode a União sugerir, em 2019, a venda de estatais estratégicas do Estado para arrecadar R\$7,1 bilhões e três anos depois retirar R\$12 bilhões de receita deste mesmo estado. É inegável o peso do ICMS no bolso dos consumidores. Mas, cabe ao estado buscar a compensação junto à União.

Que sentido faz o seu credor o aconselhar a vender seu patrimônio para honrar parcela ínfima de dívida e, na sequência, retirar parcela expressiva de sua receita? **A União retirou de Minas Gerais o equivalente a 3 CEMIGs todos os anos** de agora para frente. Não se trata aqui de divergir sobre a redução de custos dos combustíveis para o cidadão e sim pela forma escolhida pelo governo federal, que teve, sem qualquer surpresa, a anuência silenciosa do atual governador do Estado. Esta opção **implicará perdas expressivas para a Saúde e Educação** dos mineiros, pois quase 40% destes recursos estão vinculados a estas políticas públicas.

Para colocar o Estado de Minas Gerais em ordem, vamos precisar de **esforços coordenados**, a serem realizados **pela União e pelo governo estadual**. Não é aceitável recorrer a modelos que dilapidam, ainda mais, a sua estrutura fiscal do Estado e também de seus municípios, como tem ocorrido. O caminho é a busca de alternativas de pagamento que não comprometam o desenvolvimento e o financiamento das políticas públicas, que representem prejuízos na vida das famílias mineiras.

É este o propósito que esta candidatura vem trazer: reconstruir o Estado de Minas Gerais, com forte apoio do Governo Federal, sem subjugar seu povo a interesses privados e contrários ao seu desenvolvimento.

A **saúde**, entendida como "um direito a um padrão de vida capaz de assegurar bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis", como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo XXV, deve ser uma das principais políticas públicas no Brasil.

No Brasil, o entendimento que a **saúde é um direito indissociável ao direito à vida** é uma conquista do movimento da Reforma Sanitária, refletida na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição Federal de 1988¹. Por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), os entes públicos devem garanti-la como real direito de cidadania, efetivando-a segundo as bases da universalidade, integralidade, descentralização, equidade, regionalização, hierarquização e participação social.

No âmbito estadual, cabe à Secretaria de Estado de Saúde (SES) responder pela formulação e regulamentação das políticas de saúde, e pela promoção, em conjunto com os municípios e com o Governo Federal, dos princípios e diretrizes do SUS, visando ao atendimento integral, com priorização das atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais. A atuação da Secretaria conta com a contribuição fundamental do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde Minas Gerais (COSEMS-MG) e do Conselho Estadual de Saúde (CES-MG). Em conjunto com a SES, que possui um nível central e estruturas descentralizadas de administração – as Unidades Regionais de Saúde (URS) –, compõem o sistema estadual de saúde:

- Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG)
- Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais (Hemominas)
- Fundação Ezequiel Dias (Funed)
- Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig).

Portanto, o **direito à saúde** não se restringe apenas a ser atendido em um hospital ou em unidades básicas. Embora o acesso a serviços tenha relevância, como direito fundamental, o direito à saúde **implica garantia ampla de qualidade de vida, em associação a outros direitos básicos, como educação, saneamento básico, atividades culturais e segurança**. Ou seja, o direito à saúde é indissociável do direito à vida, que tem por inspiração o valor de igualdade entre as pessoas.

Governança regional da saúde

O território mineiro, segundo o Plano Diretor de Regionalização (PDR), está organizado em 14 macrorregiões e 89 microrregiões de saúde, espaços que transcendem a atuação dos municípios – responsáveis pela atenção primária à saúde – e permitem concretizar a integralidade do cuidado em nível estadual. Nesse desenho, as **89 microrregiões** são responsáveis pela resposta às demandas em nível secundário (média complexidade ambulatorial e hospitalar) e as **14 macrorregiões** pelo atendimento das demandas em nível terciário (alta complexidade ambulatorial e hospitalar).

Em termos organizacionais e administrativos, o modelo é bem sucedido, entretanto, na prática a implementação da política não tem sido capaz de oferecer ao povo mineiro assistência à saúde, de forma ampla e integral, de qualidade. Mas a **infraestrutura assistencial está sucateada**; há **vazios e lacunas assistenciais**; **fragmentação e/ou concorrência de serviços**; ausência de escala e escopo na prestação de serviços; e debilitação no nível da gestão. São esses importantes desafios a serem superados quando se pensa a territorialização da atenção no estado.

Este modelo, **caso estivesse bem estruturado** e contasse com o apoio necessário do atual governador do Estado, **permitiria que os territórios fossem resolutivos** (capazes de atender à demanda da população reunida). Por exemplo, embora a Rede de Atenção ao Parto e Nascimento, assim como a Rede de

¹ O artigo 196 da Constituição Federal dispõe que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.

Atenção às Urgências e Emergências tenham, historicamente, uma capilaridade minimamente representativa no território mineiro, ainda existem regiões cuja organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS)² não foi reconhecida pelo Ministério da Saúde (Noroeste, Triângulo do Sul e Leste do Sul), o que exige uma atuação mais assertiva do Estado nesse processo de negociação. Já as demais RAS (Psicossocial e à Pessoa com Deficiência) carecem da definição e constituição de seus componentes (que perpassam a atenção básica, ambulatorial de média complexidade e a alta complexidade), cuja condução da discussão é da responsabilidade do Governo do Estado.

Outro importante arranjo local de organização e prestação de serviços à saúde são os **Consórcios Intermunicipais de Saúde (CIS)**, sendo 69 CIS generalistas e 13 CIS temáticos para gerenciamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) regional em todo o território mineiro.

Em todos esses arranjos, indicados neste Plano de Governo, o papel da Secretaria de Estado de Saúde na **articulação e coordenação** entre municípios, a fim de garantir que toda a população acesse os serviços de saúde, independente do município de origem ou do município de atendimento, é imprescindível. Entretanto, a atual gestão da saúde em Minas Gerais tem se limitado, quase sempre, a uma atuação voltada para processos internos e burocráticos, como um fim em si mesmo. Com isso, não vem cumprindo sua principal função de articulador e mediador da **governança regional da saúde**, mantendo tímida participação no financiamento e na arbitragem de conflitos, sobrecarregando municípios com um volume de tarefas mal distribuídas e descoordenadas.

Nau sem rumo; governo sem diretriz

Durante os momentos severos e críticos de enfrentamento à pandemia de **COVID-19**, a atuação do Governo do Estado conflitou-se com as melhores diretrizes, práticas e evidências internacionais. O êxito, quando obtido, não deve ser creditado à atuação do poder executivo estadual. Foi evidente a **falta de protagonismo do Estado na condução e articulação** no período mais acentuado de crise sanitária.

Por outro lado, é preciso destacar o papel dos municípios e de todos os órgãos do sistema estadual de saúde nas ações diárias para garantir o cuidado à população. Esta doação escancara, ainda mais, que na atualidade o problema é **de (falta de) diretriz**, de rumo escolhido e de capacidade de mobilizar a estrutura de saúde para cumprir suas funções.

Do ponto de vista da **rede assistencial e sua governança** é importante destacar que as ações da SES precisam focar e ter como matriz de atuação o papel dos municípios, o fortalecimento da **Atenção Primária à Saúde (APS)** como centro coordenador das RAS, a vigilância em saúde como ferramenta potente de inteligência e ação e o reforço dos espaços de governança regional, com uma atuação efetiva de gestão coordenadora e compartilhada.

AAPS deve ser um foco prioritário de apoio do Estado aos municípios. **Atualmente, não existe uma política estadual**, de fato, voltada para a APS. Ao longo dos anos, houve ênfase na dispersão de recursos voltados para a construção de unidades básicas de saúde (UBS), mas sem definição clara das diretrizes assistenciais e organizativas. O escopo de atuação na APS pelo Estado, hoje, limita-se, basicamente, à aprovação do credenciamento de novas unidades e repasses de recursos. Um dos princípios basilares da APS - o conhecimento e a responsabilização sobre uma determinada população no território - encontra-se deteriorado com tais lacunas na política de saúde, resultando em dificuldade de acompanhamento e vinculação dos casos de maior risco.

A capacidade de intervenção da gestão atual em questões estratégicas da saúde pública no Estado está atrofiada.

2 As Redes de Atenção à Saúde (RAS), modelo de atenção adotado pelo SUS, baseiam-se em níveis de atenção e territórios para assegurar a assistência em todas as suas dimensões, buscando, simultaneamente, superar alguns desses desafios. Atualmente, o Ministério da Saúde adota como prioritárias as redes de atenção ao parto e nascimento, às urgências e emergências, à pessoa com deficiência e psicossocial.

Ação e solução de problemas, de verdade

A criação do **projeto Saúde em Rede** (PlanificaSUS) – o qual se propunha, através da revisão de processos de trabalho das equipes, a organizar e integrar a APS e a Atenção Especializada (AE) –, **não alcançou o objetivo esperado**. Decorridos os quatro anos desde que o atual governador assumiu o Palácio Tiradentes, sede do poder executivo estadual, ainda existem muitas regiões do estado que não ingressaram, minimamente, nas fases iniciais de implantação do projeto. Além disso, a falta de flexibilidade e diálogo com atores municipais para construção de instrumentos significativos para cada realidade local tem gerado ainda mais entraves para sua plena implantação. Outro aspecto que chama atenção é a **rotatividade de profissionais de saúde** na APS, que acaba gerando rupturas na organização dos processos de trabalho em razão da enorme heterogeneidade de acesso a serviços de média complexidade nos territórios mineiros.

A SES irá retomar o seu papel na política da APS: **coordenar e emitir diretrizes organizativas e assistenciais para maximizar a atuação dos municípios**. Além disso e das medidas para assegurar investimento na estruturação de unidades e incentivo à manutenção das equipes, será estruturado um programa com foco na alocação, fixação e formação de médicos e demais profissionais para atuar na saúde da família, de forma a responder sobre esse que é um dos grandes desafios da APS nos municípios.

Uma das propostas é que seja discutida a estruturação de uma **carreira médica regional de base municipal**, com incentivos à qualificação profissional, incluindo a titulação em Medicina de Família e Comunidade. Por fim, o apoio técnico para a gestão, a qualificação das equipes, a sua ampliação (com redução de quantidade de famílias/usuários por equipe) e o apoio em especial à retomada dos **Núcleos Ampliados da Saúde da Família (NASF)**, que foram desmontados pelo atual Governo Federal, serão importantes frentes de atuação da SES na política estadual de atenção primária à saúde.

Serão, ainda, incentivadas e executadas políticas pontuais, considerando-se as particularidades de públicos específicos, na linha de uma atuação para consecução da **equidade em saúde**. Além das políticas voltadas para crianças, saúde das mulheres, idosos, serão também executadas políticas de saúde para **povos indígenas, povos tradicionais e quilombolas, população LGBTQIA+ e população privada de liberdade**. Por fim, também terão lugar os temas transversais de maior relevância, como o **enfrentamento da fome, insegurança alimentar e a violência** em todas as suas dimensões.

Outra frente importante de atuação será a estruturação de uma política robusta de implantação da **telessaúde** sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, em parceria com diversas instituições de ensino superior - públicas ou filantrópicas. Esse movimento irá permitir ampliar a possibilidade de resposta assistencial, de forma mais disseminada pelo território.

Também coloca-se como prioridade atenção, de fato, às Redes de Atenção à Saúde (RAS). Será implementado um programa, que terá como prioridade a **implantação das RAS** ainda incipientes nos territórios e a **reformulação das RAS já implantadas**. Depois de tantos anos de diagnóstico e planejamento acumulados, é necessário rever e redesenhar as portas de entrada de cada rede, a sua geolocalização em relação a cada município nos temas da **Urgência e Emergência (RUE)**, de **Atenção ao Parto e Nascimento (Rede Cegonha)**, **Atenção Psicossocial (RAPS)**, de **Atenção às Pessoas com Deficiência e de Doenças Crônicas**.

Especificamente no âmbito da **Urgência e Emergência (RUE)**, é preciso refazer o diagnóstico do tempo necessário para acesso por meio de transporte terrestre a partir de cada aglomerado populacional em todos os municípios para uma porta de pronto atendimento geral, garantindo os tempo-resposta adequados para o primeiro atendimento e estabilização seguros à população de todo o estado. Na sequência, a mesma avaliação deve ocorrer em relação às unidades de resposta que oferecem mais recursos tecnológicos e assistenciais, bem como aos leitos de retaguarda disponíveis.

Outro gargalo, não enfrentado pelo atual governo estadual, é o **SAMU**. Com a proposta do Programa Rodovias Seguras será criada uma estratégia integrada e tecnológica de **capilarização da atenção às urgências e emergências**. Em pontos estratégicos nas estradas mineiras, diretamente por seu *smartphone*,

os cidadãos terão acesso a todas as informações sobre a rede de urgência e emergência e sobre as bases do SAMU. Mas para efetividade desta ação, as rodovias precisam ser melhor preservadas e também será necessário assegurar a conectividade necessária à internet.

Para operacionalizar esse Programa, será reavaliado o ordenamento do desenho das bases das **Unidades de Suporte Básico (USB)** e **Unidades de Suporte Avançado (USA)**, mediado pelo tempo-resposta terrestre e aéreo, em diálogo com as evidências científicas dos melhores resultados. Será realizado investimento de forma a completar a frota de aeronaves no estado, de forma que não ocorra um tempo de deslocamento de uma unidade aérea do SAMU maior do que 40 minutos, de qualquer ponto do território do estado para uma unidade de emergência. Infelizmente, a expansão da frota de helicópteros do Comando Aéreo Integrado e articulado ao SAMU estadual foi interrompida na atual administração do Estado.

Há que se avançar, também, para 100% de **cobertura do Estado dos SAMUs regionais**, imediatamente, contemplando as macrorregiões Leste Sul, Triângulo do Sul e Central. Será, ainda, realizada a ampliação das bases dos SAMU regionais com recursos do Estado, a estruturação da Central Estadual de Regulação das Emergências e criado um Programa de Educação Permanente em urgências, em parceria com instituições de ensino superior, para todas as portas de entrada das urgências de Minas Gerais, qualificando a atenção.

Na **Rede de atenção psicossocial (RAPS)**, será **ampliado o mecanismo de cofinanciamento estadual**, de forma a aproximar mais a rede de serviços da população, instituindo Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) regionais articulados entre os municípios e a SES, com ênfase especial ao cuidado de usuários com dependência ao álcool e outras drogas lícitas e ilícitas. Será dada atenção à articulação da RAPS com as políticas de educação e de assistência social no estado, fortalecendo o caráter intersetorial, como já desenvolvido por vários municípios.

Atenção de média complexidade e especializada

Na **média complexidade ambulatorial**, Minas Gerais possui os **Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE)**, que ofertam serviços de pré-natal de alto risco, propedêutica do câncer de mama e colo do útero, atenção a usuários com hipertensão, diabetes e doença renal crônica de alto e muito alto grau de risco. Trata-se de um modelo gerenciado por Consórcios de Saúde ou Secretarias Municipais de Saúde.

Importante pontuar que esse modelo de gerenciamento decorre de outra lacuna do Estado e da União frente à média complexidade: o **subfinanciamento**. Isso faz com que os Consórcios ou Municípios comprometam recursos adicionais, além de suas obrigações legais – tais como APS, vigilância, promoção etc. – com serviços de saúde de média complexidade.

Os **CEAEs** estão implantados em apenas 47 das 89 microrregiões de saúde, deixando **descoberto quase metade do território mineiro**. E mesmo nos territórios em que está implantado, há heterogeneidade na carteira de serviços (pré-natal de alto risco, propedêutica do câncer de mama e colo do útero, atenção a usuários com hipertensão, diabetes e doença renal crônica de alto e muito alto grau de risco), implicando na oferta de forma desigual desses serviços de saúde para a população.

Por fim, além de a cobertura da política não ser estadual, como ilustrado, existem **gargalos** que não foram sanados pela atual gestão, como:

- inexistência de mecanismos que assegurem que todos os municípios de uma microrregião tenham o mesmo **acesso aos serviços**;
- necessidade de **incorporação de outros serviços** como propedêutica de câncer de próstata;
- **falta de integração** com a atenção básica e hospitais de referência.

Será implementado um arrojado **projeto de expansão dos CEAEs**, de forma integrada e que fortaleça a APS, no conceito de cuidado integral e resolutivo. Será consolidada uma **rede de oferta de exames especializados**, utilizando a rede dos **consórcios públicos**, a **rede filantrópica e das instituições de ensino superior (universidade e institutos)**, além de iniciativas de sucesso já testadas em outros es-

tados, como parcerias público-privadas para o diagnóstico por imagem, a exemplo do Governo da Bahia.

No âmbito da atenção especializada, que extrapola os CEAEs, uma importante proposta aqui apresentada é responder ao problema da alta suspeição de **câncer**. Atualmente, cerca de 30% dos casos de câncer são conhecidos pelos hospitais em estágio avançado. O **diagnóstico precoce** é crucial para mitigar os efeitos dessa que é a segunda principal causa de morbimortalidade no estado, com forte tendência a ser a primeira em um futuro próximo, devido ao envelhecimento populacional.

Geralmente, para os **cânceres de rastreamento**, os exames são realizados no município de origem e, em casos de alteração, o paciente é enviado para o serviço de referência ambulatorial. Para os demais tipos de câncer, geralmente há uma suspeição que será confirmada (ou não) nos hospitais de referência. Entretanto, esse acesso não é trivial e, por vezes, a qualidade do exame realizado demanda repetição. A **construção de um centro de confirmação diagnóstica**, com protocolos e fluxo definidos, tem grande potencial de melhoria do prognóstico dos usuários. A centralização – em detrimento da descentralização, nesse caso – fomenta um processo regulatório eficiente, uma maior qualidade dos exames realizados (por ganhos de escala) e uma redução do tempo entre diagnóstico e tratamento.

Quem já procurou um posto de saúde, um hospital, ou tentou um agendamento de consulta especializada, pois tinha alguém da sua família em situação de necessidade, sabe como o serviço de saúde não está entregando o mínimo necessário. Por isso, a prioridade máxima tem que ser dada ao atendimento de saúde.

Atenção hospitalar

Na **atenção hospitalar**, todos os esforços da atual gestão foram direcionados à criação da chamada **nova Política de Atenção Hospitalar do Estado (Valora Minas)**. Essa política apresenta gargalos, entre os quais destacam-se:

- a ausência do estabelecimento de mecanismos de articulação e comunicação do hospital com os demais pontos de atenção;
- o não desenvolvimento do protocolo regulatório que garanta a efetividade do funcionamento das Centrais Regionais de Regulação Assistencial – incluindo as linhas prioritárias de traumatologia, AVC e IAM;
- a falta de integração das Centrais de Regulação de Urgência (SAMU) com as Centrais Regionais de Regulação Assistencial;
- a deficiente gestão e monitoramento das habilitações ministeriais de alta complexidade;
- a sistemática de geração de informações do desempenho do complexo hospitalar;
- a baixa integração da FHEMIG às políticas de saúde.

A **Política de Atenção Hospitalar** precisa considerar a **capilaridade territorial** da rede disponível, considerando a dispersão dos hospitais filantrópicos, estaduais, municipais e federais, bem como aqueles vinculados a instituições de ensino superior, de modo a reduzir vazios assistenciais e buscar a integração dessas unidades, de fato, às RAS. A política a ser implementada considerará as **necessidades temáticas e territoriais** no estabelecimento do papel de cada hospital na rede. É importante a ressignificação dos hospitais de pequeno porte, com uma política direcionada a esse **perfil de unidades de saúde, vocacionando sua atuação** dentro das RAS e considerando um modelo particular de financiamento.

A **FHEMIG**, que se encontra em situação crítica de sucateamento de seus hospitais, precisa de uma **política específica de reestruturação e investimento**, incluindo a estrutura física, equipamentos e corpo de servidores públicos. É necessário redefinir a rede de hospitais da Fundação, que hoje tem atuação mais significativa na capital mineira – devido à quantidade de hospitais no município, mas também devido ao papel dessas unidades –, sendo importante discutir a sua atuação no interior do estado.

Será realizado investimento para **conclusão dos hospitais regionais**, com discussão sobre o seu destino assistencial e modelo de gestão, de forma a viabilizar a sua abertura e disponibilização para a população. O governo federal precisa ser chamado a enfrentar este tema em conjunto com o Estado, assim

como foi feito com o Hospital Metropolitano Célio de Castro, colocado em pleno funcionamento em 2017.

Será realizado o **redesenho da rede de Unidades de Terapia Intensiva (UTI)**, a partir da experiência de atenção durante a pandemia da covid-19, e considerando-se a necessidade de suprimento dessa estrutura nos municípios de médio porte.

Atenção à realidade epidemiológica mineira

Minas Gerais também apresenta um **quadro sanitário com grandes desafios** para o enfrentamento pelo SUS. Em uma matriz de grande desigualdade econômica e social, coexistem doenças antigas e negligenciadas como a tuberculose, a hanseníase, a desnutrição e sua outra face, a da obesidade crescente. Mais recentemente, a raiva humana, junto das doenças emergentes, como a grande pandemia da covid-19, e o avançar das doenças crônicas degenerativas, além das demandas de saúde decorrentes de violência, são exemplos do grau de complexidade com que se circunscreve a realidade epidemiológica mineira.

Como agenda de governo, na área da **Vigilância em Saúde**, é importante dar mais atenção aos fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis, que tiveram pouca atenção na atual gestão do Governo do Estado, principalmente em relação à obesidade. A proposta é implementar uma **política de estímulo à atividade física**, integrada a uma maior inserção de nutricionistas e médicos nutrólogos para apoio matricial, bem como o desenvolver um protocolo estruturado, integrando um plano de cuidado para essa população.

Para melhor resposta às emergências, surtos e investigações epidemiológicas, será estruturado um **Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS)** por macrorregião, com pessoal qualificado e preparado para a rápida resposta e atuação.

Outra ação será o **fortalecimento dos laboratórios regionais e municipais estratégicos**, sob supervisão e controle de qualidade da Fundação Ezequiel Dias (Funed), de forma a garantir a expansão do espectro de atuação dessas unidades fundamentais no apoio às redes de atenção.

A **Funed**, que já atuou como referência para o controle de qualidade de kits para diagnóstico de importantes doenças no estado, como *leishmaniose* visceral e doença de Chagas, pode ser também fortalecida no papel de produção e distribuição desses kits, bem como apoiada em sua missão estratégica de instituto brasileiro de ciências biológicas e tecnologia. Nessa mesma direção, também o **Hemominas** precisa ser recuperado da negligência em relação ao seu potencial de atuação, fortalecendo sua atuação na direção das políticas estaduais de hemoterapia e hematologia.

Um questionamento constantemente feito pelos cidadãos mineiros é por que a **Funed** não se estruturou como parceira para produção de nenhuma vacina, a exemplo do Butantã e da Fiocruz? Por que a Funed foi tão sucateada durante essa gestão e, assim como a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), teve sua própria manutenção como órgão do sistema estadual de saúde colocada sob risco? Esse quadro não é coerente com a história dessa relevante instituição, que já chegou a produzir inúmeras linhas de remédios em quantidade relevante, e hoje entrega quantidades modestas e mantém unidades fabris sem atividade.

Haverá incentivo para **ampliação da pesquisa e inovação em tecnologias de saúde**, bem como para o aumento e a **diversificação da produção de medicamentos**, retomando o papel de relevância e protagonismo da Funed nesse cenário. Tal proposta será garantida por investimentos estruturados do Estado na sua unidade própria do complexo econômico industrial da saúde.

São, ainda, propostas na área da **Vigilância em Saúde**:

- efetivar uma maior articulação entre Secretaria de Estado de Educação e a SES, hoje totalmente dissociadas, tanto nas ações de promoção à saúde, quanto no efetivo engajamento para a obtenção de coberturas vacinais adequadas e na prevenção e controle de arboviroses transmitidas por *Aedes aegypti*;
- recompôr as equipes de apoio às atividades de prevenção e controle das doenças transmitidas

por vetores das URS, bem como aprimorar a sua capacidade para execução das demais atividades (levantamentos entomológicos, capacitações para aplicação de inseticidas residuais e uso da ultra baixo volume etc.);

- uniformizar e “desburocratizar” os procedimentos de análise de projetos de serviços de saúde e de interesse para a saúde, incorporando, por exemplo, o Modelo de Avaliação de Risco e Benefícios Potenciais, baseado em evidências científicas e com experiências de sucesso no Brasil, beneficiando a população e os empreendedores;
- realizar ações de combate à violência no trânsito e à violência doméstica contra a mulher, em ação integrada com os órgãos de segurança pública.

É necessário, enfim, consolidar uma agenda de **Vigilância em Saúde** que não fragmente a compreensão dos fenômenos sanitários e sua relação com o território, com os condicionantes e determinantes de saúde e com os riscos. A abordagem deve considerar o paradigma de vigilância em saúde, incluindo o **olhar, de forma integrada**, para as ações laboratoriais e de promoção à saúde, a análise de situação de saúde, a emergência em saúde pública, a vigilância em saúde ambiental, sanitária, epidemiológica e do trabalhador, em conformidade com a política nacional.

Fortalecimento das instâncias regionais

Do ponto de vista da gestão, é patente o fato de que a atual gestão está **perdendo espaço no seu papel de coordenação regional**, como já evidenciado neste documento. Isso tem levado a uma incapacidade de fixação de quadros técnicos suficientes e qualificados nas URS. A **centralização de equipe na Cidade Administrativa** deixa deficiente a pasta, sem ação efetiva de apoio aos gestores municipais, além de criar inúmeras dificuldades operacionais para o fluxo de recursos e de informação.

É imprescindível fortalecer a instância regional com a nomeação de servidores e a qualificação da sua atuação, em sintonia com as prioridades estratégicas da saúde pública estadual. Essa mudança de paradigma é fundamental também para fortalecer o processo de redução das desigualdades regionais e ampliar o apoio efetivo às gestões municipais, em todos os aspectos relacionados a sua capacidade de gestão, de regulação, de avaliação e monitoramento da situação de saúde nos municípios.

Há que se implementar um **plano robusto de educação permanente** para os trabalhadores do SUS no estado. A inexistência de uma política de educação permanente no SUS estadual tem gerado um considerável impacto negativo nos municípios.

A proposta é estruturar, a partir da **ESP/MG**, instituição totalmente negligenciada pela atual gestão, um investimento efetivo na formação dos trabalhadores e gestores do SUS Minas Gerais. As iniciativas podem acontecer em parceria com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde Minas Gerais (COSEMS/MG), bem como a partir da construção de uma “Rede Escola Estadual” envolvendo todas as estruturas das instituições superiores de ensino - públicas e privadas -, fazendo emergir um grande **plano estadual de educação permanente**. Nesse sentido, é fundamental que a ESP-MG seja reestruturada e fortalecida, com garantia da necessária autonomia administrativa e financeira para efetivação das iniciativas.

Estradas e Transporte

Quem trafega pelas estradas de Minas Gerais sabe muito bem que a **condição das rodovias** tem piorado, e muito, nos últimos anos. O que poderia ser o início de uma boa experiência de lazer com a família e amigos ou de conforto e segurança para quem fez das estradas o seu local de trabalho transformou-se em cotidiano de **riscos e perigos constantes**.

Segundo dados do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG)³, Minas Gerais conta com 39.738,90 km de rodovias. Entre vias federais e estaduais, **32.007,85 km são pavimentadas**. Desse total, **22.748,15 Km são de responsabilidade do Estado** de Minas Gerais, que deve zelar pela manutenção e qualidade.

No tocante às **vias não pavimentadas**, que totalizam 7.731,05 km entre federais e estaduais, a parte de responsabilidade estadual é de 7.131,65 km de vias.

A **malha rodoviária mineira**, a maior do do Brasil, equivale a **cerca de 16%** do somatório de rodovias estaduais, federais e municipais **de toda a malha viária existente no País**.

Uma pesquisa, de 2021, da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), aponta três dados que contribuem entendermos o **real estado das estradas** que cortam Minas Gerais, lembrando que nosso estado é a unidade da federação que tem a maior malha rodoviária do País:

- 90% das estradas estaduais apresentam problemas como **buracos e falta de asfalto**.
- 46% das estradas mineiras estão em **condições consideradas péssimas ou ruins**.
- Os problemas nas estradas **aumentaram em 37% o custo do transporte** em Minas Gerais.

Esses dados refletem o que acontece de fato: a manutenção das estradas foi deixada de lado e, com isso, a **qualidade da malha viária vem piorando dia a dia**. A situação reflete o descaso para com a economia mineira, pois grande parte dos itens que integram o Produto Interno Bruto (PIB) do estado transitam pelas rodovias; com a vida humana e animal, afinal as estradas que interligam cidades, comunidades, famílias, cadeias produtivas e negócios; e com a segurança daqueles que têm como missão zelar pela segurança nas estradas, os policiais rodoviários.

O descaso é tanto que o próprio site do DER-MG não traz, sequer, informações atualizadas sobre a situação das rodovias estaduais. O dado mais recente publicado na aba que corresponde a "ocorrências significativas" foi lançado em 28 de fevereiro de 2022. De lá até hoje, nenhuma outra informação foi divulgada pelo órgão que tem como missão institucional agir com transparência, tornado "as ações do sistema disponíveis e acessíveis à sociedade".

Degradação Continuada

A **estrutura das vias degrada-se**. Nem mesmo o recurso das concessões pedagiadas das vias foi sequer universalizado e apresentado como alternativa. Os lotes de concessão disponibilizados, por exemplo, não foram viabilizados ou não estão concluídos.

O descaso também pode ser mensurado quando analisados os recursos destinados à infraestrutura rodoviária no estado. A **média anual do investimento** realizado pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais nos três primeiros anos do atual governo **foi equivalente a 46,5% da média dos valores anuais liquidados pelo governo anterior**. Não há como manter uma malha viária em condições mínimas de tráfego com investimentos tão ínfimos.

³ Disponível em <http://www.der.mg.gov.br/transportes/rodovias#condicoes-da-malha-rodoviaria-do-der-mg> acesso em 26/07/2022, com dados atualizados até 11/2020.

Há que existir uma **política de investimento mínimo na área de infraestrutura rodoviária**. As estradas precisam dispor de recursos para a sua conservação, reparo e manutenção. É fundamental que, durante a negociação para equalização financeira do Estado, haja previsão de recursos para a manutenção das vias. A **prioridade é a conservação e melhoria das vias existentes**, com serviços de manutenção funcional de pavimentos.

Tal realidade prejudica mineiros e mineiras que enfrentam limitações e restrições para se deslocar, dificuldades de acesso a serviços de saúde, principalmente no interior, riscos à segurança e prejuízo ao desenvolvimento do estado, comprometendo o transporte de cargas, o turismo e a conexão com diversas localidades.

É necessário voltar a investir em rodovias. MG tem histórico de **manutenção das rodovias em alto padrão de trafegabilidade**. Elas são insumo de todas as cadeias produtivas e do cotidiano diário de boa parte da população.

Pare e Pare

Quando da existência de obras em rodovias, é necessário recorrer ao sistema que muitos conhecem: o de Pare e Siga. É um procedimento de informação simples, que por meio de placas indica para os motoristas quando é possível trafegar e quando é necessário colocar o pé no freio.

O governo de Minas, por sua vez, parece não "gostar" muito da conjugação do verbo seguir, o que contraria a propaganda que identifica o governador com práticas inovadoras. Contrariamente, **os projetos que necessitam da articulação e colaboração do Governo do Estado adotam o "Pare e Pare"**. Nada parece caminhar ou seguir em busca de uma solução.

O **anel rodoviário** da Região Metropolitana de Belo Horizonte, por exemplo, é uma via importante e que em razão do crescimento da capital já se incorporou à rotina do tráfego urbano, aguarda a vontade política e a disposição do Governo do Estado para obras para que se dê a melhoria das condições de infraestrutura e o aumento da segurança. Ao governador do Estado cabe a missão de captar recursos frente à União para as obras. Mas a exemplo de outras áreas, como já destacado neste Plano, **não há interlocução entre o poder executivo estadual com o federal**. Ao contrário, foi a Prefeitura de Belo Horizonte que apresentou uma solução paleativa para um dos problemas do anel rodoviário: a construção de uma área de escape.

A obra, entregue pela PBH no final de julho deste ano, amplia, como informa a edição online de O Estado de Minas, "tem uma 'piscina de concreto, [que] foi feita na altura do km 541, no sentido Vitória (ES), entre a rodovia BR-040 e o trevo do Betânia, próximo ao acesso ao bairro Buritis, e projetada para evitar acidentes em um local conhecido por grandes ocorrências"⁴.

Já o projeto do **novo rodoanel**, necessário e muito importante, não pode ser levado a cabo como pretende o atual governador. Este projeto **precisa ser construído com base no diálogo**, levando-se em consideração os questionamentos e as considerações das administrações municipais afetadas pela intervenção.

4 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/07/31/interna_gerais.1383714/area-de-escape-do-anel-rodoviario-em-bh-finalmente-entra-em-operacao.shtml

É preciso ter gente que saiba conjugar o conhecimento técnico ao coração à frente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas, órgão ao qual está subordinado o DER-MG e o Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano, para conduzir o projeto do rodoanel. A **interlocução com as comunidades e municípios afetados pelo projeto**, bem como a análise de impacto ambiental precisam ser objetiva e claramente debatidas. Os recursos já estão disponíveis, do acordo de recuperação da Vale em razão do rompimento da barragem de rejeito de minérios em Brumadinho, mas precisa de responsabilidade para sua implantação.

Outros caminhos

Atualmente, a opção de **transporte público metropolitano** concentra-se no transporte coletivo de ônibus. Esse serviço, além de não fazer frente à qualidade e eficiência, foi gerenciado como se o serviço estivesse sendo prestado a contento, com reajustes anuais de preços não refletidos na qualidade para o usuário. Embora o transporte Municipal também precise melhorar, houve um embate, que manteve os preços. No transporte metropolitano, além de não haver melhorias, houveram reajustes anuais de preços⁵.

Energia

A infraestrutura também passa pela prestação de outros serviços estratégicos, como o fornecimento de **energia**. A estimativa é que **Minas Gerais precise instalar 500 MWh/ano de geração de energia**. No entanto, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) está estrangulada, com dificuldades para atender demandas de porte industrial. Sem energia não há produção nas indústrias, fábricas e o setor de serviços não pode operar; sem a operação desses setores não há geração de emprego e sem emprego não há renda, não há economia.

Se a capacidade de geração não dá mostras de que será suficiente para colocar Minas Gerais no caminho do desenvolvimento, o quesito **qualidade também deixa bastante a desejar**. A Cemig, já esteve na 1ª posição no atendimento (interrupção hora média por consumidor), na atual gestão a companhia amarga a 19ª posição no Brasil⁶.

O **uso intensivo de energia solar**, cujas regiões Norte e Noroeste do estado tem alto potencial de geração, é uma tendência que precisa ser explorada corretamente. Também precisam ser viabilizados investimentos em **Pequenas Centrais Hidrelétricas** (PCHs).

Minas Gerais não pode prescindir de nenhuma fonte de energia. Todas as alternativas são necessárias e convivem adequadamente entre si, em um sistema que combina e coordena os mecanismos e os benefícios de cada sistema de geração. Este é o papel que deve ser exercido pelo Estado, cabendo ao governo de Minas Gerais buscar e construir mecanismos para **atrair e incentivar investimentos privados no setor**. Os países desenvolvidos já saíram da fase do “debate” e estão em forte expansão de produção de energias alternativas. É um desafio mundial que Minas Gerais parece estar se esquivando.

Também precisa estar no radar do Governo do Estado investimentos em **linhas de distribuição, conservação de energia e eficiência energética** de consumidores industriais e comerciais. Eficiência energética é trocar equipamentos velho/obsoleto por outro mais novo, que faz o mesmo trabalho gastando menos energia.

5 Disponível em <http://www.der.mg.gov.br/tabelas-de-transporte-metropolitano> acesso em 26/07/2022.

6 <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2022/aneel-divulga-desempenho-e-ranking-das-distribuidoras-sobre-fornecimento-de-energia-em-2021>

Água Potável e Saneamento Básico

O **acesso à água é indispensável** para a vida de humanos e das demais espécies, animais ou vegetais. O acesso à água é um direito básico e urgente, ainda não garantido a toda a população de Minas Gerais, especialmente a que vive no semiárido mineiro. É inconcebível pensar que em 2022 ainda falta água para beber, fazer a higiene, preparar as refeições, cuidar dos animais, da plantação, dos pequenos negócios e da agricultura familiar.

Os dados de **falta do acesso à água em Minas Gerais são alarmantes**. Dos 853 municípios, 445 (52,17%) apresentam um abastecimento de água que atende entre 50 e 80% de sua população. A situação é ainda mais grave em 166 municípios (19,46%), onde este serviço atende menos de 50% de sua população. As regiões com maior carência desse atendimento são a Norte, Jequitinhonha, Mucuri e parte da região Rio Doce.

Sobre **tratamento de esgoto**, apenas 48,90% da população urbana possui esse serviço, ou seja, cerca de 9.236.058 habitantes. Isso significa que o tratamento adequado do esgoto sanitário não é realizado da forma correta, antes de que a água volte à natureza ou seja reutilizada. Já a **coleta de esgoto** é acessível a 84,64% da população urbana de Minas Gerais, ou seja, 15,36% não têm o esgoto captado.

Os **desafios da população rural** em Minas Gerais também saltam aos olhos. Apenas 480 (56,27%) dos municípios possuem o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e o Governo do Estado deve fomentar este planejamento junto aos municípios, além de buscar recursos de infraestrutura junto ao Governo Federal para mudar esta realidade. Nos últimos anos pouco se fez para enfrentar um assunto tão vital ao povo mineiro.

Novo Marco

A Lei Federal nº 14.026/2020⁷, chamada de “Novo Marco Regulatório do **Saneamento**”, estabelece e regula padrões de qualidade para os serviços de abastecimento de água e para o esgotamento sanitário, determinando que o lançamento de efluentes de fonte poluidora em corpos de águas apenas poderá acontecer após o necessário e devido tratamento.

O novo marco, que inaugura a **possibilidade dos estados formarem grupos ou blocos de municípios**, que poderão contratar coletivamente os serviços, define que os serviços públicos de saneamento básico são:

- (a) abastecimento de água potável;
- (b) esgotamento sanitário;
- (c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e
- (d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Em Minas Gerais, tais políticas não estão sendo tratadas com a seriedade que merecem, conforme foi possível perceber a partir da apresentação de dados que revelam a **desigualdade na oferta** desses serviços públicos.

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (**Copasa**), empresa de economia mista, responsável pela prestação de serviços de saneamento na maior parte do estado mineiro, bem como suas subsidiárias, como a **Copanor** – Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A, precisam receber o apoio necessário do executivo estadual mineiro - o que não vem acontecendo nos últimos anos - para **qualificar o atendimento prestado** e atuar para que o esgotamento sanitário e

7 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm

distribuição de água chegue a todos os mineiros.

À Copasa e suas subsidiárias, por serem empresas que objetivam o interesse público, cabe **garantir condições para o cumprimento do novo Marco Regulatório**. E este papel de garantidor cabe ao Executivo Estadual.

Gestão das águas

Minas Gerais tem uma responsabilidade muito grande na gestão de águas. Exceto as **bacias** amazônicas e do Araguaia/Tocantis, as demais ou **nascem ou recebem águas de Minas Gerais**. Essa responsabilidade é também um grande potencial. No entanto, as águas não podem ser tratadas como mero recurso é uma visão reducionista, vinculada tão somente à dimensão econômica.

Cabe um novo olhar para empreendimentos que fazem uso de reservatórios de água, que consideram áreas para além daquela a ser ocupada pela lâmina d'águas e sua faixa de domínio. **Água não nasce em reservatório**. É necessário fazer uma ação que contemple toda a bacia contribuinte do reservatório, atuando junto aos proprietários com remuneração dos serviços ambientais para preservação dos cursos d'água.

Os **níveis dos reservatórios**, como ocorreu em Furnas, merecem atenção. Não ter cotas mínimas de uso para os empreendimentos priva Minas Gerais de atividades de turismo, recreação e **exploração do uso múltiplo das represas**. O gerenciamento das águas represadas não pode ser exclusivo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) sob lógica de geração de energia ou da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

A **proteção de nossas nascentes**, o monitoramento e tratamento da **qualidade das águas** dos rios e seus afluentes também precisa figurar como compromisso de primeira ordem para o Governo do Estado.

Priorizar a vida

É urgente investir em políticas públicas para a **universalização da coleta de esgotamento sanitário** e, ainda, que este seja devidamente tratado. Assim, garantimos o acesso a este serviço, conferindo mais dignidade às pessoas e cuidado à saúde. Além disso, protegemos as nossas águas e garantimos a sua sustentabilidade, pois evitamos que este esgotamento sanitário seja despejado sem tratamento em nossos rios e efluentes. É preciso priorizar a vida.

É urgente que o Governo do Estado atue com seriedade e competência, considerando as **desigualdades regionais**, para garantir a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Minas Gerais.

Cuidar das pessoas, portanto, depende de cuidar das condições mínimas para que elas vivam com dignidade e possam prosperar em todas as regiões de Minas. Estradas, transporte, energia, fornecimento de água e saneamento básico não podem ser negligenciados pelo Governo.

Olhar para a segurança pública a partir dos olhos de quem mais dela necessita!

Direitos Humanos e Controle da Criminalidade devem ser faces de uma mesma estratégia. Uma não pode existir sem a outra, como também não existe política de segurança sem ênfase em prevenção.

É preciso que a segurança pública em Minas Gerais seja pensada com **planejamento e visão estratégica**. É necessário refletir o que se pretende entregar para a sociedade mineira com a oferta deste serviço. No atual contexto, quem tem mais recursos é a União.

O **Ministério da Justiça gasta** muito com ações de enfrentamento e **pouco com prevenção**. Prevenção e tecnologia devem ser elevadas a prioridade e precisam fazer parte da rotina que define as ações

e táticas em pauta para efetivar a segurança pública. Outra perspectiva que não pode ser negligenciada é a da **ação social em áreas de alta criminalidade**. Desenvolvimento econômico e suporte social são fundamentais, juntamente com as medidas preventivas e protetivas, bem como o suporte aos usuários de drogas.

Emprego, renda e qualidade de vida

Um grande erro em Minas Gerais foi a descontinuidade do **projeto “Fica Vivo”**. Este projeto, que fomenta a atividades e oficinas para jovens em situação de vulnerabilidade, como quadrinhos, grafite, teatro, dentre outros, já foi altamente premiado e sua efetividade comprovada. O projeto é uma ação fundamental para prevenir a **entrada de jovens na criminalidade**, com ações esportivas, de assistência e inclusão social. Complementa essa medida a **Escola em tempo integral**, importante em todo o território mineiro, mas fundamental em áreas de alta criminalidade e vulnerabilidade social, para a criação de **ambientes protegidos** para as crianças e jovens mineiros.

Políticas de geração de emprego, renda e qualidade de vida também são mecanismos de prevenção. Tem-se de 23 a 30% de **desemprego entre os jovens atualmente**. É preciso que sejam propostas alternativas e que assegurem a eles uma perspectiva de futuro. **Emprego, educação profissionalizante e inclusão digital são estratégias primordiais**. A geração de oportunidades de empregos e de capacitação têm que ser entendidas e desenvolvidas regionalmente, de forma a explorar as vocações de cada território e cultura. O **diálogo com as localidades** precisa ser reforçado. São elas que enfrentam o dia a dia do problema e têm condições de participar da construção de soluções.

Envolver os jovens em programas de esporte, lazer, cultura e turismo, direcionando, por exemplo, para oficinas de quadrinho, de grafite, de teatro, na prática esportiva, com objetivo social de afastá-los da criminalidade é essencial.

Inteligência e Cuidado

É imprescindível proteger. É necessário enfrentar a **violência doméstica**, o **feminicídio** e os **crimes contra minorias**. O trabalho a ser desenvolvido é de natureza preventiva, de educação, formação e conscientização das novas gerações. Minas Gerais é o estado com maior número de ocorrências de feminicídio do País.

O 16^a Anuário de Segurança Pública, divulgado este ano, coloca Minas Gerais na liderança de um triste ranking. O estado apresentou, em números absolutos, número de feminicídios 13% superior a São Paulo, o mais populoso do Brasil. O que se espera do Governo do Estado e das forças de segurança pública é uma ação protetiva, que objetive a prisão dos agressores na primeira ocorrência.

Existem questões associadas à saúde e à assistência social que precisam ser melhor endereçadas para não se tornarem problemas de segurança pública. **Alcoolismo, dependência de drogas, miséria e exclusão social**, bem como a **fome**, que assola boa parte da população, precisam ser tratadas e sanadas. A **falta de serviços sociais básicos** também impacta a segurança.

Nas **ações de combate**, o ponto de partida são as **ações de inteligência**. O Centro Integrado de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte (COB-BH), por exemplo, é um modelo que comprovou a sua eficiência e eficácia. A proposta, que conta com diversos serviços municipais e troca de dados inclusive com as forças de segurança, deu certo.

A **integração de dados**, bem como as ações das Polícias Civil e Militar, também necessita ser aperfeiçoada, bem como a função da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Os governos do Espírito Santo e de Pernambuco, vale destacar, estão na frente na questão de integração das ações e essa experiência deve ser conhecida e compartilhada para que consigamos desenvolver práticas exitosas. Os **dados e estatística criminais** precisam ser **analisados de forma municipal e regional**. Atualmente as estatísticas oficiais olham dados agregados, que não permitem entender as demandas locais.

A **criação de comitês regionais** em áreas metropolitanas ou de grande integração entre os municípios, com **planejamento descentralizado e regionalizado**, deve ser pauta conjunta de Estado e Municípios. Uma proposta de Centros Regionais de Integração ou o uso de **observatórios regionais de integração** também estão no radar das ações disponíveis e a serem adotadas. As comunidades precisam ser envolvidas na análise de prioridades. Tudo isso sem perder de foco o **combate às ocorrências transversais**, como o novo “cangaço”, que vem se instalando em Minas Gerais.

Uma maior coordenação entre as forças policiais estaduais e as guardas municipais presentes nos grandes municípios do estado também pode contribuir para reduzir os quadros de desordem pública e insegurança.

Proteger quem precisa proteger

No tocante à **proteção e preservação da vida dos policiais**, algumas **soluções de natureza tecnológica**, como **rastreamento de veículos**, já são praticadas e comprovadas. O governo do Estado atual peca em fazer promessas que não consegue cumprir, como a de reajuste para os servidores da segurança pública.

Outra questão que precisa ser seriamente enfrentada é a **prisional**. A falta de investimentos está criando uma bomba relógio, aumentando o **risco de rebeliões**. A oferta de serviços piorou, **falta defesa jurídica**, a **alimentação** deixa a desejar.

Nossos servidores, do Serviço Prisional, bem como todas as categorias profissionais, **precisam ser ouvidos e suas demandas analisadas** com respeito e sinceridade, que minguam diversos anos sem recomposição de remuneração. Frente às demandas, com diálogo e muito respeito, é importante analisar o que pode ser feito, em que prazo e como viabilizar. Mas é preciso que seja uma conversa com responsabilidade.

O **atendimento aos egressos do sistema prisional** configura-se como um mecanismo de prevenção, visando a integração e ressocialização das pessoas que cometeram crimes e que cumpriram suas respectivas penas. O **sistema de APAC** (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) é um modelo interessante e barato, mas precisa estar mais **articulado com as áreas social e econômica**. As políticas de liberação em massa da população carcerária é ineficiente. Hoje, são postos nas ruas como forma de lidar com a superlotação dos presídios, sem nenhum atendimento, suporte, amparo ou medida que ofereçam a eles algum tipo de condição ou incentivo para uma nova vida. Ao invés de ajudar a resolver o problema de segurança, tais medidas, como é possível compreender, têm o efeito oposto. O caminho passa pela redução do encarceramento de crimes de menor impacto, com uma política coordenada, realizada com ações de amparo aos egressos.

É este o caminho que se pretende seguir: ações coordenadas, prevenção, cuidado, combate e repressão ao crime no estado. O que buscamos é uma mobilização integradora, das forças policiais com os municípios, com as outras instâncias do Estado e com as organizações da sociedade civil. A criminalidade

precisa ser enxergada e estudada a partir das muitas e complexas perspectivas e interfaces. Já se sabe o que ações estanques são capazes de produzir, ou melhor, de não produzir.

O cidadão e a cidadã mineira podem, a princípio, movidos pela urgência que o dia a dia exige, colocar os olhos neste conjunto de áreas e supor que há, como dizemos por aqui, nas nossas Minas, um "amontoado de coisas". Mas "arreda pra lá" essa opinião, caso você esteja entre essas pessoas, e nos dê crédito para explicar que o conjunto de propostas aqui reunidas estão sendo apresentadas em conjunto para que o Governo do Estado deixe de atuar de forma fragmentada.

O que subsidia as ações que estão enumeradas neste Plano de Governo nas áreas do Desenvolvimento e Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Direitos Humanos, Esporte e Lazer é a concepção de que o ser humano precisa ser compreendido, tratado e respeitado a partir de diferentes perspectivas, mas de forma integral.

Resumindo, este Plano está orientado pela letra e melodia da canção *Comida*, de Sergio Affonso, Marcelo Fromer e Arnaldo Antunes Filho:

"A gente não quer só comida
 A gente quer comida, diversão e arte
 A gente não quer só comida
 A gente quer saída para qualquer parte
 A gente não quer só comida
 Quer comida, diversão, balé
 A gente não quer só comida
 A gente quer a vida como a vida quer"⁸

O Estado precisa de uma política social coordenada, que articule estrategicamente ações de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, segurança, lazer, alocando recursos para atender prioritariamente às pessoas em situação de maior vulnerabilidade e às regiões do estado com os maiores índices de desigualdade e pobreza. Afinal, Minas tem fome de muita, muita coisa!

Proteção social

A pobreza atinge mais 3,7 milhões de pessoas em Minas Gerais, segundo dados do Governo Federal, sendo expressivo o número de crianças incluídas nessa parcela da sociedade⁹. É preciso haver empatia e sensibilidade para enfrentar o tema da pobreza, que é complexo e abarca diversas formas de exclusão social. Para o médio e longo prazo, a reversão dessa situação é um **plano de desenvolvimento sustentável** que coloque Minas no rumo certo, mas de imediato é preciso garantir o mínimo de dignidade às pessoas.

O serviço de **Assistência Social** está presente nos 853 municípios, mas o apoio efetivo do Governo do Estado no cofinanciamento e assessoramento técnico, principalmente para os pequenos municípios, não acontece efetivamente.

O atendimento aos mais vulneráveis precisa ser prioridade no orçamento do Estado. A Assistência Social é uma política essencial para viabilizar a proteção social no campo e na cidade, considerando as desigualdades regionais e a adoção de estratégias que reduzam as **desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero, territoriais e de ciclo geracionais, além de violações de direitos** que afetam a população que vive em territórios mais precarizados.

⁸ Estrofas da canção *Comida*, que faz parte do disco *Jesus Não Tem Dentes no País dos Banguela*, de 1987, dos Titãs (Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito). A fome ganha dimensão bem apropriada ao contexto de luta pela redemocratização que o país vivenciava naquele momento – a fome de democracia, cultura, diversão, arte e felicidade.

⁹ Fonte: CadÚnico / Governo Federal

O objetivo deve ser a **geração de emprego e renda** para as famílias, mas os programas sociais precisam ser fortalecidos, pois são fundamentais para dar dignidade àqueles que por diversos motivos não conseguem ou têm dificuldade de obter os recursos necessários via mercado de trabalho. O que é **inadmissível** é deixar parte da população mineira passando **fome**.

O **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** em Minas Gerais se mantém em funcionamento pelo compromisso dos(as) gestores(as) municipais, conselheiros, sociedade civil organizada, usuários, dentre outros atores. Mas muitas famílias estão nas filas aguardando atendimento e acompanhamento familiar devido à convivência com violações de direitos e **vazios protetivos** em pequenas cidades. Essa realidade vem sobrecarregando municípios, com um **agravamento das desigualdades** e das condições de vida da maioria da população, sobretudo, após a pandemia de covid-19.

O SUAS precisa de uma agenda estadual voltada à implementação, em parceria com o Governo Federal e municípios, de políticas emergenciais e permanentes para **erradicar a fome e a pobreza** e enfrentar situações de calamidade e emergência, articulando-o às demais políticas sociais, ambientais e econômicas.

É necessário reconstruir o SUAS em Minas Gerais com garantia de articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda que permitam a todos os povos e populações tenham proteção social, com especial atenção a **crianças, adolescentes, jovens, mulheres, pessoas idosas, população negra, povos tradicionais e indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIA+**. Ou seja, todos/as que sofrem violências e vivenciam as consequências das desigualdades e que dependem do apoio do Governo do Estado.

O Poder Executivo Estadual precisa assumir sua responsabilidade com a **garantia de cofinanciamento regular**, obrigatório e automático aos municípios, mantendo em dia os repasses do Piso Mineiro de Assistência Social.

Também é necessário garantir que os **recursos do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) sejam aplicados** exclusivamente no financiamento das políticas finalísticas de assistência social e garantia de direitos, retirando dele as aplicações que não estão de acordo com a sua finalidade, o combate à fome e à pobreza.

É necessário desenvolver estratégias de disponibilização de **serviços regionalizados de proteção social especial do SUAS**, por meio da atuação do Governo do Estado. Estes serviços cumprem função essencial no Sistema, especialmente em relação à proteção de públicos de cidades menores, que vivenciam violação de direitos, como crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, mulheres e pessoas com deficiência.

Os municípios precisam contar com o apoio do Estado por meio do assessoramento técnico, na execução de uma **Política Estadual de Educação Permanente**, com planos operativos, a todos os atores que compõem o Sistema, além de uma agenda programática compartilhadas, por meio de diretrizes construídas junto às instâncias deliberativas e participativas do Sistema.

O **fortalecimento da rede de proteção social**, que integra o SUAS, por meio das entidades e organizações da sociedade civil, deve também ser de responsabilidade do Estado, assim como a construção de estratégias para execução de políticas intersetoriais de combate à fome e à pobreza.

À mesa, segurança alimentar e nutricional

Nas políticas de **Segurança Alimentar e Nutricional**, a principal prioridade deve ser o combate à fome que assola o Estado, no Brasil são mais de 33 milhões de pessoas que vivem atualmente em situação de insegurança alimentar grave; em Minas Gerais, o contingente de pessoas nesta grave situação também representa milhões¹⁰.

Para atuar nessa frente, o Estado deve reunir diversas políticas públicas e órgãos em ações integradas,

10 II VIGISAN - <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>

a partir de suas ações específicas: **alimentação escolar, benefícios socioassistenciais, ações de segurança alimentar e nutricional, agricultura, financiamento do BDMG, irrigação, eletrificação rural, apoio técnico e distribuição de sementes, apoio da Emater, infraestrutura de acesso a mercados e escoamento da produção**, dentre outras.

A política de segurança alimentar deve ser prioridade na agenda do Governo do Estado, pois por meio dela é possível articular ações de combate à fome, de promoção a saúde, a **valorização dos povos originários e comunidades tradicionais** e a produção e consumo de alimentos saudáveis, além de elevar a sustentabilidade social, ambiental, econômica, o **enfrentamento das mudanças climáticas** e a **convivência com a seca**.

Cabe destacar ainda a importância da **alimentação escolar** para a oferta de refeições saudáveis e balanceadas a todos(as) os(as) estudantes da rede pública estadual, a segunda maior do Brasil, contribuindo para a segurança alimentar, como também para a promoção da educação e da saúde, além de servir de **incentivo à produção de alimentos saudáveis e de qualidade**, priorizando a compra de agricultores familiares, direcionando renda para essa importante vertente do desenvolvimento econômico territorial.

São necessárias ainda medidas que **reduzam os custos de produção e o preço de comercialização** de alimentos frescos e de boa qualidade, integrando comunidades, cidades e regiões. Para isso, os mercados municipais e regionais, feiras e eventos devem ser privilegiados para a ampliação das relações diretas dos produtores e consumidores no entorno das cidades.

A **vocação do turismo** e da gastronomia na **valorização da cultura alimentar de cada região** precisam ser, cada vez mais, a nossa marca, tornando Minas Gerais referência e pólo de produção agroecológica, orgânica e sustentável, aliando tradição e contemporaneidade.

Preservar a vida

O compromisso com os **Direitos Humanos** precisa ser assumido por toda a sociedade, mas o Governo do Estado de Minas Gerais deve atuar incansavelmente naquilo que é a sua responsabilidade: a preservação da vida.

É importante articular esforços governamentais para garantir o **reconhecimento das diversidades, o combate à discriminação e às violências**, promovendo a cidadania e protegendo as pessoas de todas as formas de violência, opressão, desigualdades e discriminações.

As políticas de direitos humanos devem prevenir, combater e buscar a reparação e responsabilização contra o **genocídio da juventude negra, os feminicídios, os assassinatos motivados por discriminação xenofóbicas, racistas** ou **contra a população LGBTQI+**, os abandonos e negligências contra pessoas dependentes de drogas (lícitas e ilícitas). As políticas precisam estar atentas às ações contra crianças, jovens, pessoas idosas ou com deficiência. Também precisam estar atentas à invisibilidade e exclusão que afetam diversas parcelas da população, principalmente aquelas que encontram-se em privação de liberdade ou em situação de rua.

As políticas de direitos humanos trabalham também para promover uma sociedade mais justa em equidade de oportunidades e condições a partir do reconhecimento das diferenças e da construção de políticas afirmativas. É dever do Estado **proteger as crianças** e garantir suas condições de desenvolvimento com **amplo acesso às políticas públicas**, livres do trabalho infantil e da violência sexual; promover **políticas de reparação e de igualdade racial**, reconhecendo e protegendo os diversos povos e comunidades tradicionais e seus modos de vida; **garantir a liberdade** de credo, de expressão, sexual e de gênero; **proteger mulheres** das situações de violência e de violação, construir com elas oportunidades para saída da situação de violência em um estado com mais equidade; fomentar condições para o **envelhecimento ativo** em que as pessoas idosas sejam protegidas e respeitadas.

Também é dever do Estado e compromisso da gestão a promoção da acessibilidade universal, as adequações de estrutura e de linguagem para promover a igualdade de condições para **pessoas com defi-**

ciência. O Governo do Estado de Minas Gerais deve assumir a construção de uma agenda pública em direitos humanos e realizar a articulação intermunicipal na construção de serviços e programas de atenção aos direitos humanos. E o **diálogo com a sociedade civil** precisa ser um compromisso real em que Conselhos e Comitês na área de direitos humanos devem ser fortalecidos e respeitados.

A vida e suas trilhas

Atividades de **lazer e esportivas** são importantes e precisam ser acessíveis ao cotidiano de todos e todas. Para a preservação da **saúde**, como nas academias ao ar livre; na **socialização**, como em jogos escolares; ou mesmo em **nível competitivo**, as práticas esportivas são fundamentais para o desenvolvimento das relações interpessoais e da sociabilização. Mas, o que nos parece mais importante é a criação de espaços ou ambientes protegidos, que confiram qualidade de vida aos mais diversos segmentos da sociedade mineira.

Iniciativas simples, como as de Belo Horizonte, que interrompem momentaneamente o trânsito em algumas vias públicas centrais, facilitando o acesso, aos domingos pela manhã. O movimento dos automóveis e motocicletas dá lugar ao burburinho do encontro das pessoas, criando e fortalecendo conexões. Trata-se da recuperação do sentido do termo *espaço público*, "diretamente associados à construção do que chamamos de cidade e influenciam as relações que se criam dentro delas."¹¹ Esses espaços são transformados em locais para a prática de atividades de lazer e convívio.

As **atividades físicas** geram uma grande quantidade de **benefícios para o corpo e a mente**. É por isso que a prática dessas atividades é tão recomendada por todos os profissionais de saúde. O desenvolvimento de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes, pode ser prevenido por meio de atividades físicas; atividades físicas controlam os níveis de colesterol; atividades físicas podem ser um importante aliado no tratamento da depressão e ansiedade; melhora dores, diminui a incapacidade funcional e pode melhorar a qualidade do sono.

A prática de atividades físicas reduz o estresse e aumenta a sensação de bem-estar. Nos **idosos**, garante maior autonomia, sendo importante no processo de envelhecimento, garantindo àqueles que praticam atividades físicas menos riscos de sofrerem queda, além de melhorar o convívio social.

Lazer e esporte, quando bem estruturados, também são **mecanismos de fomento ao turismo, a redução de gastos com saúde, inclusão social e formação pessoal**.

A **educação** é o caminho para o desenvolvimento do País em todas as dimensões. É o caminho para a **autonomia e emancipação dos indivíduos**, para transformar a realidade marcada por desigualdades e para promover ascensão econômica, social e cultural de um povo.

Mas para que isso ocorra, para que o discurso se concretize em prática, é imprescindível dedicar atenção, adequada e de verdade, aos chamados serviços básicos de educação, que precisam ser entregues com qualidade para que Minas Gerais consiga superar os desafios, muitos deles identificados neste Plano de Governo, e avançar na busca de uma **educação pública de qualidade e de relevância**.

O **Sistema Mineiro de Educação Básica** (ensinos fundamental e médio) conta com 4,3 milhões de alunos matriculados, sendo 1,9 milhão (42,8%) na rede estadual de ensino, que responde por 30% das matrículas da rede pública nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 69% dos Anos Finais e 95% do Ensino Médio. A rede estadual conta com 3,6 mil unidades escolares e 86,1 mil professores.

Em termos do Ideb, em outras edições¹², (2013 e 2015, por exemplo) os índices registrados são menores, **a posição relativa de MG em relação aos demais estados piorou**. Em 2013, por exemplo, Minas Gerais ocupava o primeiro lugar no Ideb no País, com a mais alta pontuação nos anos iniciais e nos finais do Ensino Fundamental. No ensino médio, o estado estava em 3º lugar geral¹³.

11 Fonte: <https://wribrasil.org.br/noticias/espacos-publicos-10-principios-para-conectar-pessoas-e-rua>

12 As edições do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) acontecem de dois em dois anos. Os resultados de 2021 ainda não foram divulgados pelo Ministério da Educação.

13 Em 2019, o Ideb de Minas nos anos iniciais do ensino fundamental é inferior ao de São Paulo e do

A perspectiva histórica do desempenho da rede estadual mineira no Ideb¹⁴ confirma que Minas Gerais tem apresentado uma performance tímida quando comparada às demais unidades da federação. É uma evolução às avessas, que se acentua durante a atual gestão do Governo do Estado. Mesmo com notas maiores no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, **a educação em Minas Gerais retrocedeu**.

Sobre o **Ensino médio**, nível de plena responsabilidade do Governo do Estado, apenas 65,9% dos jovens de 19 anos concluíram esse nível de ensino - apenas o 8º maior índice do país, atrás de estados como São Paulo (86,5%), Goiás (76,2%), Ceará (72,9%) e Piauí (70,2%)¹⁵ - e apenas 4,4% das matrículas de Ensino Médio são em escolas integrais (média nacional é de 12,4%). Em 2019, **apenas 13,2% dos estudantes** do Ensino Médio de Minas Gerais tinham níveis de **aprendizagem adequada em Matemática**, com uma grande diferença entre estudantes de escolas públicas (7,8%) e privadas (58,2%)¹⁶.

O Governo do Estado precisa voltar a **priorizar a educação básica**, reforçando o caráter público, democrático, de qualidade e sua vocação para a realização da inclusão social, observando e valorizando aspectos sociais e culturais, como questões étnico-raciais e indígenas, bem como reconheça seus profissionais.

Nos últimos anos a **Gestão Financeira e de Pessoal** da Rede Estadual de Educação sofreu com uma política que não prioriza a educação como direito universal, público e gratuito. Estabelecer uma política educacional eficiente **começa por colocar a casa em ordem**, mas é preciso fazê-lo com diálogo com os atores envolvidos e não adotando, como é a prática da atual administração executiva estadual, uma postura autoritária. Também significa colocar em prática um programa de qualificação permanente dos profissionais da educação. Quem educa precisa de atualização permanentemente. Mas nesse quesito o atual governo do Estado deixa, mais uma vez, a desejar.

É necessário manter os salários em dia e realizar o repasse dos recursos para os municípios, mas também estabelecer uma **gestão pautada no diálogo e respeito** a todos os atores envolvidos: sindicatos, professores, diretores de escolas, toda a comunidade escolar, municípios e o poder legislativo.

É urgente aprimorar propostas de **formação continuada dos educadores**. Projetos nessa área vêm tendo baixa adesão de professores e gestores. Um bom programa deve criar uma estrutura de incentivos à adesão dos profissionais às iniciativas de formação continuada. **É necessário desenvolver uma política de valorização e escuta ativa dos servidores da área de educação, criando um canal institucional de diálogo permanente com as entidades representativas do setor**. Além de escolher gestores comprometidos com a qualidade da Educação, que acompanhem de perto as ações e com capacidade de liderança e profundo conhecimento dos desafios da educação mineira.

Também é necessário promover ações que busquem **engajar a sociedade na causa da Educação**, incentivando a população a monitorar os resultados e cobrar melhorias, além de incluir a sociedade civil na formulação de políticas educacionais.

Na **Educação Infantil**, embora seja uma obrigação dos municípios ofertar esta modalidade de ensino, o Estado pode e deve apoiá-los, principalmente aqueles de pequeno porte, visando cumprir as metas do Plano Nacional de Educação de universalização do acesso à educação infantil nas idades de 4 e 5 anos, e garantir no mínimo 50% de cobertura para as crianças de até 3 anos.

Melhorar o desempenho dos estudantes do **Ensino Fundamental** e ampliar a equidade é também um desafio a ser enfrentado pelo Estado, principalmente nos anos finais. E como uma parte importante das matrículas do Ensino Fundamental está com os municípios, **o apoio às Prefeituras é vital**. O processo

Paraná. Minas Gerais está em terceiro lugar junto com Ceará e Santa Catarina. Nos anos finais, o resultado de Minas é inferior ao dos estados do CE, SP, GO, PR, SC, AC, RO e ES. No ensino médio, o resultado da rede estadual mineira é inferior ao dos estados de GO, ES, PE, PR, SP, CE, MS e DF.

14 Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>

15 Dados para 2020. Fonte: IBGE/Pnad Contínua. Organização: Todos Pela Educação.

16 Fonte dos dados: Inep/MEC, Censo Educacional 2020, disponíveis no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, organizado pela OSC Todos Pela Educação.

de municipalização do ensino não pode ser imposto pelo estado, de forma atabalhoada. Ele precisa ser debatido com municípios e comunidades escolares.

A Rede Estadual oferta 95% das vagas da educação pública do Ensino Médio, e Minas Gerais enfrenta hoje sérios desafios na implementação do **Novo Ensino Médio**, principalmente da carga horária flexível do itinerário formativo. Será necessário desenvolver uma estratégia de implementação do **itinerário formativo** (carga horária flexível de 1.200 horas), apostando em parcerias com instituições públicas e privadas, principalmente com a rede de Institutos Federais de Ensino e o Sistema S, inclusive fazendo uso recursos de EAD (Educação à Distância), para viabilizar a formação técnica como carga horária do itinerário formativo.

Também será necessário avançar na implementação do **Ensino Médio em Tempo Integral**, por meio de uma estratégia de ampliação da oferta de vagas, com especial atenção ao público mais vulnerável, que precisa conciliar a educação formal com a inserção no mundo do trabalho. Para isso, deve-se desenvolver parcerias com instituições formativas para o mercado de trabalho, combinadas com um programa de apoio financeiro aos estudantes de baixa renda.

O **Ensino Técnico** deve ter aderência às necessidades do mundo do trabalho e da economia local, mas não pode deixar de inserir-se na estratégia de desenvolvimento de potencialidades regionais. Integração é essencial. Também é essencial desenvolver, em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, uma estrutura normativa e de regulamentação que dê segurança aos envolvidos na parceria de EAD.

As **instituições de Ensino Superior Estadual** precisam ser recompostas, visando superar o atual quadro de sucateamento. As Universidades Estaduais, UEMG e Unimontes, precisam estar inseridas na estratégia de aprimoramento das políticas sociais do Estado, participando das parcerias com municípios visando não somente ampliar a oferta de vagas de formação superior, mas também de apoio técnico em iniciativas de aprimoramento da mão-de-obra e capacitação de servidores e gestores públicos.

Será necessário desenvolver uma estratégia clara de atuação da Subsecretaria de **Ensino Superior**, vinculada à Secretaria Estadual de Educação (SEE), como coordenadora da política estadual de educação superior, e interlocutora junto aos demais órgãos e entidades do Estado visando a **integração** das ações das universidades com a política de **desenvolvimento social e econômico** do governo.

Um primeiro passo será elaborar, em parceria com o corpo técnico e administrativo das universidades estaduais, um diagnóstico claro e atualizado das deficiências e potencialidades destas instituições, com especial atenção às **deficiências do quadro de servidores, infraestrutura e estrutura de remuneração**, que permitirá a elaboração de um plano de resgate e valorização do Ensino Superior estadual.

As informações da edição do Ideb 2021 ainda não foram divulgadas. Mas não existem dúvidas sobre o impacto negativo da pandemia de covid-19 na aprendizagem dos estudantes. É necessário adotar um amplo **programa de reforço escolar**, construído junto à comunidade escolar, incluindo aulas no contraturno, onde a infraestrutura permitir, e dentro do turno, fazendo reforço nas disciplinas prioritárias.

Mas é necessário também colocar como prioridade o desenvolvimento de uma **política pedagógica** que possibilite a implementação do novo currículo baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com objetivos e metas claros, com o foco na sala de aula e com uma gestão altamente voltada para a aprendizagem dos alunos.

Será necessário implementar uma gestão educacional baseada em uma clara estratégia de **monitoramento e avaliação dos compromissos definidos**, dando continuidade e aprimorando o Sistema Mineiro de Avaliação e de Equidade da Educação Pública (SIMAVE), garantido a produção de indicadores educacionais fundamentais para a formulação de políticas públicas efetivas e construídas com base no **diálogo com os diversos atores envolvidos** no processo educacional.

E para combater a evasão escolar será necessário articular, de forma intersetorial, as áreas de Saúde e Assistência Social, visando monitorar situações de vulnerabilidade associadas à evasão escolar, como vínculos familiares precarizados, violência doméstica, pobreza, concorrência com o trabalho e gravidez

na adolescência. Fortalecer a alimentação, melhorando a alimentação dos estudantes por meio do reforço à merenda escolar, além da imprescindível função alimentar e nutricional, também contribui para a frequência às escolas.

Minas Gerais é extremamente rica do ponto de vista cultural. Os **patrimônios cultural e natural** conformam as mais marcantes características do estado, reconhecidas em todo Brasil e no exterior, com **capacidade de promover o turismo** e gerar significativos **ativos econômicos**. Entretanto, o atual Governo do Estado tem permitido o ataque às nossas paisagens, patrimônios culturais e naturais (como a Serra do Curral), favorecendo a mineração predatória.

A **arquitetura** é outro aspecto relevante de nossa cultura. A colonial é da maior importância e faz parte do patrimônio nacional e mundial. A **produção artística** é uma das mais relevantes do País, com importantes referências na música, teatro, dança, cinema, artes visuais e em tantas outras linguagens e manifestações.

As **culturas populares e tradicionais**, representadas pelas comunidades de matrizes africanas, povos indígenas, pela contribuição ibérica, pela cultura do sertão, de pescadores artesanais, geraizeiros, vereadores, dentre outros, estão na base cultural do mineiro. A força cultural de nosso povo expressa-se na rica **gastronomia**, uma das mais importantes culturas alimentares do País, assim como em nossa relação com a natureza e todo o **patrimônio ambiental**; na nossa religiosidade; nos modos de vestir, falar, celebrar e festejar, propiciando um calendário diverso, que se estende ao longo de todo o ano e em todo território das Minas e das Geraes.

Minas Gerais é ainda **referência em festivais**, das mais diferentes linguagens e temáticas. O artesanato mineiro confere identidade às regiões do estado, envolvendo comunidades em práticas econômicas solidárias. A moda, o design e a arquitetura traçam linhas marcantes entre o passado colonial, o modernismo e o contemporâneo. A cultura mineira é referência nacional e internacional, orgulho da nossa gente!

Todas estas manifestações culturais estão assentadas em **cadeias produtivas amplas**, gerando mais de 450 mil empregos, que resultam em uma massa salarial mensal de R\$ 788 milhões, posicionando Minas Gerais como segundo maior estado empregador no campo da economia criativa brasileira¹⁷. Extrapolam, em muito, o fazer artístico e cultural, **impactando outros setores**, como o comércio de alimentos, a hotelaria, o mercado de equipamentos, transportes, a indústria têxtil, dentre outros. É preciso, no entanto, destacar que grande parte dos empregos gerados no setor é intermitente, informal, temporário e sazonal, o que impacta em grande medida a qualidade de vida e as perspectivas socioeconômicas das famílias mantidas por trabalhadoras/es da cultura¹⁸.

No entanto, a **Cultura**, como outras importantes **áreas estratégicas** de Minas Gerais, **está à deriva**. Nos últimos anos, foram abandonadas pelo Governo do Estado (a exemplo do que ocorre em nível federal) as políticas de Cultura Viva e os Pontos de Cultura, não oferecendo qualquer tipo de política para promoção do acesso da população aos bens e serviços culturais.

A cultura, necessidade humana - individual e coletiva -, é um **direito social básico**, logo o Estado tem a responsabilidade de criar o melhor e mais próspero ambiente para o desenvolvimento das artes e da cultura e de disponibilizar meios para democratizar o acesso a todos e todas.

A título de exemplo de como é possível democratizar o acesso aos bens culturais, durante a gestão do então prefeito Alexandre Kalil, a Prefeitura de Belo Horizonte **potencializou políticas de promoção do**

17 Doze em cada 100 negócios da economia criativa no Brasil estão em Minas Gerais. São mais de 63 mil empresas, a grande maioria de micro e pequeno porte. Fonte: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/sebraeaz/radar-da-economia-criativa.13981fee686a6610VgnVCM1000004c00210aRCRD>

18 A atual Presidência da República e o Governo do Estado promoveram uma “guerra cultural” no Brasil e em Minas Gerais. Bolsonaro e Zema acabaram com a estrutura institucional das políticas culturais, combateram artistas, promoveram a censura, atacaram patrimônios culturais e naturais. Bolsonaro acabou com o Ministério da Cultura e reduziu drasticamente o investimento no setor; Zema acabou com a Secretaria de Estado da Cultura e, da mesma forma, reduziu o orçamento da pasta; demitiu servidores; precarizou a equipe a ponto de paralisar setores e departamentos inteiros; e acabou com políticas culturais importantes sem apresentar uma alternativa sequer.

acesso e formação, com a ampliação dos processos formativos disponibilizados pela Escola Livre de Artes Arena da Cultura. Criou o Circuito Municipal de Cultura, que promove uma programação ampla e diversa, em todas as regiões da cidade. Os Centros Culturais voltaram a contar com uma programação qualificada, processos educativos, e melhoria de infraestrutura. As bibliotecas públicas receberam grandes investimentos para renovação de acervo e realização de ações de promoção da leitura.

Por outro lado, **os processos culturais promovem impactos sociais potentes**, como o sentimento de pertencimento de comunidades; geram autoestima; qualificam os ambientes sociais; favorecem processos educativos; reduzem violências; melhoram a segurança e a saúde da população - de tal forma que a arte e a cultura contribuíram de forma decisiva para o enfrentamento à pandemia de covid-19 (para quem conseguiu enfrentar o vírus e sobreviver ao negacionismo, que, juntos, mataram mais de 680 mil pessoas em todo o Brasil; em Minas Gerais, perderam a vida mais de 63 mil pessoas e foram contaminadas mais de 3,8 milhões).

Minas Gerais é o coração do Brasil, e sua diversidade representa, em grande medida, a própria diversidade do País. O estado é tão grande, com singularidades regionais tão marcantes e diversas entre si, que se **pode falar em muitas Minas Gerais** - as nossas divisas se misturam, influenciando e sendo influenciadas pelas culturas baiana, capixaba, carioca, paulista, matogrossense, goiana e brasiliense. Cada região conta com expressões artísticas e culturais características. E, assim como no Brasil, as desigualdades regionais - como as de classe, raça, gênero, geracional etc. - também incidem sobre a produção cultural.

Em razão da diversidade mineira, é impossível a execução de qualquer política pública que não reconheça diversidades e desigualdades regionais. Portanto, uma política cultural precisa ser concebida a partir de uma compreensão por **regionalidades**. E essa política cultural, que será implementada por meio do **Plano Estadual de Cultura**¹⁹, debatido e definido em conjunto com representantes do segmento, da sociedade e do poder legislativo do Estado, irá retomar e ampliar esferas de participação, com a imediata convocação da **IV Conferência Estadual de Cultura**; fortalecimento do **Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais (CONSEC)** e dos **Colegiados Setoriais e Territoriais**, e vai atuar junto aos **Comitês de Cultura**, a serem criados durante o próximo mandato do presidente Lula, promovendo a participação e a transversalidade das políticas culturais.

Os processos culturais fomentam **a dimensão simbólica e estética dos indivíduos e comunidades**, promovendo a criatividade, a expressão, a reflexão sobre o mundo, sobre a sociedade, sobre a vida, seus mistérios e encantos, potencializando a subjetivação da realidade e a invenção do futuro. Potencializar a **liberdade criativa**, sem dirigismo, sem censura e sem tratar a cultura como mera propaganda institucional ou instrumento ideológico de governo, é, portanto, fundamental. Valorizar a **diversidade cultural e artística**, como uma dimensão importante da sociedade mineira - regional, de crenças, étnico-racial, de gênero, geracional, povos originários, indígenas, quilombolas, populações tradicionais, dentre outras - é outra premissa sobre a qual estará estruturado o Plano Estadual de Cultura.

É necessário **fortalecer o órgão gestor da cultura**, como ente promotor e articulador, retomando o seu papel indutor e fomentador dos grandes eixos das políticas culturais. Com recomposição e fortalecimento de sua estrutura institucional, serão permitidas a retomada, ampliação e criação de novas políticas culturais, com ampla capacidade de escala, trazendo impacto na sociedade, com políticas que descentralizam a ação para múltiplos territórios mineiros, deixando emergir as expressividades de nosso povo.

A **Política Nacional Aldir Blanc**²⁰ terá um papel fundamental na descentralização de recursos, fortale-

¹⁹ Em pouco mais de cinco anos à frente da capital mineira, o então-prefeito Alexandre Kalil manteve diálogo permanente com a sociedade: promoveu duas grandes Conferências Municipais de Cultura (em 2021, em meio a pandemia, a Conferência com maior participação da história); dois processos eleitorais do Conselho Municipal de Política Cultural; centenas de reuniões públicas e junto às comissões locais de cultura. O Plano Municipal de Cultura foi o instrumento balizador dos processos de planejamento, tendo sido revisado em 2019.

²⁰ Belo Horizonte foi a capital brasileira que mais rapidamente executou a Lei Aldir Blanc, em diálogo com o setor, tendo executado quase 100% dos recursos (quase R\$16 milhões) em cerca de três meses. Foi criado

cimento do pacto federativo, retomada econômica do setor cultural e implementação efetiva do Sistema Estadual de Cultura (SEC), em diálogo com o Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Por meio de uma atuação junto ao poder executivo federal em busca de apoio político e orçamentário²¹, pretende-se estimular a organização da sociedade civil e um **associativismo forte**, capilarizado no interior, e com visão estratégica de longo prazo, promovendo a sustentabilidade de grupos e coletivos artísticos e a cidadania cultural ativa nos municípios. Esse estímulo irá acontecer por meio do uso de recursos públicos para o financiamento de projetos, a partir de critérios bem definidos, justos e democráticos, sem interferências, superando de vez a tática da precarização adotada em nível federal e estadual.

Políticas de **memória, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural**²² também estão colocadas entre as prioridades. O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) serão fortalecidos para que cumpram efetivamente o seu papel de proteger, valorizar e recuperar o nosso patrimônio material e imaterial, como a Serra do Curral, os núcleos e centros históricos, conjuntos tombados, assim como o reconhecimento, registro e implementação de planos de salvaguarda para as manifestações das culturas populares e tradicionais, com seus mestres e mestras, estabelecendo um diálogo contínuo com os detentores culturais para a construção conjunta de políticas públicas capazes de alcançar esses atores em todas as suas particularidades.

Pretende-se resgatar, ainda, temas e políticas completamente deslocadas e abandonadas no governo de hoje como: **política museológica**, por meio do fortalecimento do Sistema Estadual de Museus - SEMMG; a economia da cultura, a fim de gerar desenvolvimento sustentável de base comunitária e com baixo impacto ambiental; promoverá um debate sobre os trabalhadores da “graxa”, elemento fundamental na promoção da cultura; promoverá um debate sobre a Lei de Incentivo Cultural (LEIC) e do Fundo Estadual de Cultura; assim como realizado em BH com as “Caravanas da Cultura” vai promover a formação de agentes culturais para acessar os editais; política de **acessibilidade cultural** das pessoas com deficiência; incentivo à leitura; política de educação e formação artística e cultural; promover um redesenho institucional para o **ICMS Patrimônio Cultural** capaz de garantir uma maior participação na discussão sobre os critérios de pontuação do programa e debater uma política de utilização e cessão de espaços ocioso de propriedade do Estado para o estabelecimento de atividades culturais e artísticas.

A Cultura é estratégica no processo de diminuição das desigualdades, geração de empregos e renda, contribuindo positivamente na transformação de territórios. A **economia da cultura** tem especial capacidade de resiliência, para, através dos fazeres criativos, gerar desenvolvimento sustentável de base comunitária e com baixo impacto ambiental.

o programa BH nas Telas, de desenvolvimento do audiovisual, com editais específicos e a estruturação da Belo Horizonte Film Commission, que promove um ambiente favorável para a produção na cidade e facilita filmagens, gerando ativos econômicos e projetando a cidade nacional e internacionalmente.

21 Durante a gestão do então prefeito Alexandre Kalil à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, políticas de economia e fomento à cultura foram reestruturadas e contaram com significativa ampliação orçamentária. O Fundo Municipal de Cultura voltou a contar com editais anuais, e teve ampliação orçamentária superior à inflação. Da mesma forma, o Incentivo Fiscal foi um importante instrumento para o desenvolvimento cultural da cidade, com captação superior a 90% dos projetos. Para promover o acesso aos editais, foram realizadas “Caravanas da Cultura” em todas as regionais da cidade, com formação sobre elaboração de projetos. Os instrumentos de fomento (que somam mais de R\$25 milhões ao ano) foram decisivos para o campo cultural - especialmente no momento mais crítico da pandemia, momento em que Bolsonaro e Zema reduziram investimentos.

22 Após anos sem investimentos, todos os museus públicos municipais tiveram renovação permanente de exposições e condições para realização de atividades e promoção de processos educativos. Esse processo foi estruturado a partir da gestão de Alexandre Kalil à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. A política de patrimônio material contou com investimentos para modernização dos processos de análise de projetos, para a atualização de diretrizes de proteção dos conjuntos urbanos e para a conclusão de processos de tombamento que se arrastavam há anos. O patrimônio imaterial foi destaque, com a ampliação do edital de Mestres e Mestras, assim como o registro e salvaguarda de importantes expressões das manifestações culturais de matrizes africanas. A PBH promoveu um importante processo de reconhecimento da contribuição negra e indígena na história e na cultura da cidade, inclusive com o respeito e a promoção da etnobotânica. A gestão municipal fortaleceu o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, destinando orçamento robusto e condições para sua execução.

O **audiovisual** é um dos setores estratégicos para um novo ciclo criativo e econômico estadual. Este setor será retomado e o seu potencial, econômico e social, fortalecido em todo estado, como atualmente já acontece em Belo Horizonte.

Redes nacional e estadual de Pontos de Cultura, com a volta das Teias e os incentivos aos fóruns da Política de Cultura Viva, serão retomadas e reestruturadas. Elas atuam para qualificar a participação política e formar novas lideranças da sociedade civil. Minas Gerais será modelo para o Brasil no que diz respeito às políticas culturais de **base comunitária**.

A garantia da manifestação da diversidade cultural mineira, com liberdade de expressão e direito à informação, se dará por meio do fortalecimento da **Empresa Mineira de Comunicação (EMC), da Rede Minas e da Rádio Inconfidência**, resguardando-se o caráter público, educativo e cultural.

A **transversalidade da cultura** não acontecerá apenas entre setores institucionais. Ela se fará presente a partir do reconhecimento da importância estratégica da dimensão simbólica em toda a sociedade, em todos os setores e políticas públicas.

Exuberante é a natureza de Minas Gerais, conformada em únicas paisagens, com biomas da Mata Atlântica ao Cerrado. Do relevo desponta a montanha, "espaço erguido, constante emergência, verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região — que se escala"²³, ao assumir-se plural, corta e recorta caminhos e impõe-se como contorno, marcação da geografia de muitas regiões: Canastra, Mantiqueira, Curral, Moeda, Espinhaço e Caparaó.

Águas brotam dessas montanhas e vão se esgueirando, traçando vias, acessos e passagens, atravessando o extenso mar de terras de Minas, criando lugares para o descanso, o lazer, a aventura, para ganhar a vida, fazer o pão, lavar a roupa, saciar a sede ou promover a cura (como nas Termas de Araxá e nos Parques das Águas de Caxambu, São Lourenço e Poços de Caldas).

Muitos caminhos, **muitas potencialidades**. Oportunidades dadas ou a ser desenvolvidas e vinculadas a diversos segmentos, como o de negócios e eventos; cultura, esportes e esportes de aventura; ecologia, ecoturismo e gastronomia; economia criativa; design, moda, joalheiro e de pedras preciosas; cultural, religioso e científico. Tais possibilidades, nas cidades, no sertão e logo após as porteiras, abrem-se tal qual janelas, convidam visitantes, do Brasil e de outros recantos.

Minas Gerais é também um dos estados brasileiros com o maior número de **bens materiais tombados**. As cidades reúnem representantes das arquiteturas Barroca, Colonial, Romântica e Moderna. Ao lado das edificações, há outros tesouros, como **obras de arte e documentos**, que remontam os primeiros séculos da ocupação do território.

Há também o registro de **práticas culturais seculares**, reconhecidas como bens imateriais como o Ofício de Sineiros, o Toque dos Sinos, e o Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas, que ao lado das manifestações regionais como o Congado, a Folia de Reis, as Festas de Nossa Senhora do Rosário delineiam traços da identidade do povo mineiro.

Tamanha diversidade atrai o interesse e a curiosidade de muitos e muitas, **turistas e visitantes, brasileiros e estrangeiros**, que são recebidos e recebidas com a mesa farta e sempre posta — uma pequena amostra do imenso repertório gastronômico do estado —, o sorriso no rosto e as portas abertas - características da hospitalidade mineira.

Cadeia produtiva do turismo

A importância econômica do **turismo** pode ser constatada pela capacidade de o setor gerar emprego e renda, uma vez que a **cadeia produtiva é extremamente ampla**, impactando simultaneamente 52 ativi-

23 Parte de texto publicado em agosto de 1957, pelo escritor João Guimarães Rosa; uma espécie de declaração de amor ao estado de Minas Gerais.

dades econômicas. Dados de 2018 do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), que monitora o impacto do setor na economia, revelam que o turismo é responsável por um entre cinco novos postos de trabalho criados no mundo, ultrapassando setores como a saúde e as novas tecnologias. O Brasil acompanha essa tendência, com **7,5% dos empregos do País gerados pelo turismo**, ou seja, cerca de 6,9 milhões de postos de trabalho, movimentando 8% do PIB nacional²⁴.

Investir no setor do turismo é, portanto, uma importante estratégia na busca do **desenvolvimento sustentável, na geração de emprego e renda** e na **diminuição das desigualdades regionais**, sendo uma alternativa a ser considerada atentamente pelo Poder Público, especialmente em municípios onde outros setores da economia não apresentam índices capazes de produzir escala.

Na atual gestão, o turismo é uma página em branco

O setor do turismo, apesar da enorme importância econômica, histórica, social, cultural e política, não merece da atual gestão sequer uma citação no plano de governo para o estado. Talvez essa seja uma das razões para a pouca contribuição do Estado para que Minas Gerais tenha atuação marcante no cenário nacional ou internacional.

O foco do Governo do Estado é um tímido esforço para a retomada do turismo no pós-pandemia. Mas, impressionantemente, até mesmo temas que já foram amplamente divulgados e apresentavam resultados expressivos estão relegados. Nada se escuta sobre a Rota das Grutas Peter Lund e ou sobre a Estrada Real. Apesar do **descaso da atual Administração Estadual com o turismo**, há programas em curso que não podem (e não serão) **descontinuados**, como é o caso dos **44 Circuitos Turísticos Certificados de Minas Gerais** (ou Instâncias de Governança Regional do Turismo), que reúnem um total de 600 municípios e que desde 2001 configuram-se em uma importante ferramenta da Política de Regionalização do Turismo e de governança compartilhada no Estado. É imprescindível reconhecer as boas práticas em curso e dar continuidade a programas e projetos cujas contribuições são inegáveis, investindo no seu aprimoramento e replicação²⁵.

Outro exemplo de ação exitosa é a do Projeto Vai Turismo – Rumo ao Futuro, iniciativa relevante coordenada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e que reúne cerca de 300 instituições e seus profissionais, que se debruçaram sobre dados e diagnósticos recentes, detectando importantes lacunas nas políticas públicas do setor do turismo, especialmente quanto aos impactos da pandemia, e formularam uma série de recomendações que visam estimular o desenvolvimento sustentável em todo o território nacional.

Pilares do desenvolvimento turístico

É necessária uma **análise regional, abrangente e descentralizada**, buscando identificar as **vocações naturais** de cada localidade e também destinos e circuitos complementares, buscando envolver municípios polos e outras municipalidades na cadeia de valor do turismo.

Deve-se buscar melhorar a imagem reputacional do estado e seu posicionamento junto aos mercados nacional e internacional. É necessário investir na infraestrutura de mobilidade viária, ferroviária e aeroviária, aumentando a conectividade entre modais; aumentar o fluxo turístico de origem internacional, nacional e do próprio estado; ampliar o tempo médio de permanência do turista e o grau de satisfação com os produtos e serviços turísticos mineiros; diversificar a oferta de serviços, experiências e equipamentos

24 Fonte: [Informativo Valor Adicionado Bruto \(VAB\) do Turismo em Minas Gerais no Período 2010-2019](http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/20.06_Inf_CCR_PIBMG_Tur_03_2022.pdf). Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/20.06_Inf_CCR_PIBMG_Tur_03_2022.pdf.

25 Vale ressaltar que como ocorreu na gestão de Alexandre Kalil à frente da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a proposição de políticas públicas não desvaloriza programas e projetos exitosos, embora tenham sido idealizados em outras gestões.

vinculados à economia criativa e ao ecoturismo; qualificar, aprimorar as condições de trabalho e melhorar os indicadores de empregabilidade gerados pela atividade; e aumentar o gasto e a receita do turismo em Minas Gerais.

Para promover a estruturação e o desenvolvimento do setor turístico de Minas Gerais, propomos uma atuação sobre os seguintes pilares:

- **Governança Descentralizada e Participativa**, com formação de gestores, responsáveis pela elaboração de planos de turismo municipais e regionais e captação de recursos, possibilitando a integração das políticas públicas em todos os âmbitos governamentais, evitando assim a sobreposição dos programas e projetos e uma maior eficiência do investimento público no setor; fortalecimento do Conselho Estadual de Turismo e efetiva valorização e fomento das Instâncias de Governança Regionais (Circuitos Turísticos), descentralizando a política estadual e promovendo o ordenamento da oferta turística do estado; propiciar a integração dos setores público e privado no que tange ao processo decisório e otimização de recursos.
- **Desenvolvimento Regional Inteligente e Sustentável**, com planos de desenvolvimento regional, fortalecendo e valorizando, por meio dos destinos indutores, os diversos territórios que integram o estado, com estudos sobre oferta turística e produtos determinantes nos diversos circuitos; desenvolvimento de um programa estadual de turismo acessível que vise à estruturação e à implementação de planos e ações em equipamentos e serviços turísticos, propiciando autonomia e facilidades aos visitantes com diferentes necessidades e mais inclusão.
- **Fomento e Infraestrutura**, por meio da recuperação da malha rodoviária, criação de novas rotas aéreas e incentivo à ampliação da malha aérea do estado e sua conectividade, com os principais destinos no Brasil e no mundo; incentivo à revitalização da malha ferroviária mineira para ampliação das opções de mobilidade de moradores e turistas; estímulo à realização de editais de fomento para projetos e eventos de potencial turístico; realização de estudos para viabilizar um fundo que permita estabelecer linhas de crédito inovadoras para fomentar o empreendedorismo na cadeia produtiva do turismo no estado.
- **Competitividade, Empreendedorismo e Inovação**, potencializando setores criativos em busca de reconhecimento internacional, agregando valor à oferta turística do estado²⁶; qualificação e profissionalização de gestores públicos, empreendedores e profissionais do setor turístico estadual por meio da aproximação com instituições de ensino de áreas temáticas específicas e transversais; implementar uma plataforma de inteligência turística que concentre os dados do setor e que potencialize o trabalho dos Observatórios de Turismo do Estado de Minas Gerais, incorporando a utilização de ferramentas de inteligência artificial e *machine learning* para ampliar o conhecimento do ciclo da viagem e hábitos dos turistas; posicionar a gastronomia do estado como produto turístico de relevância nacional e internacional e difundir a cultura alimentar, seus saberes e fazeres; estimular as certificações de produtos agroecológicos regionais como forma de valorização dos nossos territórios gastronômicos.
- **Promoção do Destino**, com estratégia participativa de identidade turística (branding) capaz de promover e apresentar toda a riqueza e diversidade do estado, posicionando o destino junto aos mercados consumidores regional, nacional e internacional; promoção, com ênfase em plataformas digitais de divulgação e de serviços, visando posicionar Minas Gerais no ambiente digital, fortalecendo a imagem consolidada entre população, trade turístico e gestão pública.

A erudição, aplicada à Língua Portuguesa, às vezes emprega sinônimos que nos afastam da dimensão real dos problemas a enfrentar. Em relação ao desenvolvimento econômico regional, dizer que Minas Gerais é um estado com assimetrias, ainda que verídico, esconde o que precisa ser desnudado e atacado. Por isso, este Plano de Governo adota a palavra **desigual para denominar a situação entre as regiões do estado**. E essa desigualdade precisa e vai ser enfrentada.

²⁶ Nesse contexto, Belo Horizonte já foi, inclusive, declarada pela Unesco, como cidade criativa da gastronomia.

Minas Gerais é a unidade da federação síntese do Brasil. É uma terra que com *muitas gentes* (o segundo mais populoso estado do País), que possui 853 municípios, o maior número entre os estados da Federação - 664 deles com menos de 20 mil habitantes (78%) e muitos na faixa de extrema vulnerabilidade social.

As 12 mesorregiões do estado, que juntas respondem por **9% do PIB nacional**, abrigam uma **diversidade de culturas e ecossistemas** - econômicos e ambientais -, mas também uma dramática e preocupante desigualdade econômica e social. O PIB per capita do Vale do Jequitinhonha, o menor do estado, é apenas 27% do valor do Triângulo/Alto Paranaíba, região que ostenta o maior PIB per capita de Minas Gerais. As desigualdades "regionais existentes em Minas Gerais advêm da forma como os investimentos foram realizados no estado historicamente" ²⁷.

Tabela - População, PIB e PIB per capita das mesorregiões de Minas Gerais, 2019

Mesorregião	População [2019]	% Pop	PIB (R\$ mil) [2019]	% PIB	PIB per capita
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2.384.478	11,3	105.906.233	16,2	44.415
Metropolitana de Belo Horizonte	6.817.784	32,2	261.385.887	40,1	38.339
Noroeste de Minas	395.811	1,9	13.890.762	2,1	35.094
Sul/Sudoeste de Minas	2.615.720	12,4	84.098.652	12,9	32.151
Central Mineira	442.552	2,1	12.087.933	1,9	27.314
Oeste de Minas	1.056.982	5,0	28.504.783	4,4	26.968
Campo das Vertentes	594.581	2,8	13.731.355	2,1	23.094
Zona da Mata	2.311.547	10,9	51.903.370	8,0	22.454
Vale do Rio Doce	1.709.266	8,1	38.368.617	5,9	22.447
Norte de Minas	1.722.156	8,1	27.700.010	4,2	16.084
Vale do Mucuri	393.985	1,9	5.745.056	0,9	14.582
Jequitinhonha	723.929	3,4	8.550.025	1,3	11.811

Fonte: IBGE

Outro aspecto a ser considerado é que **não existe uma política de investimentos estadual**. O que aconteceu até agora foi de forma desconexa e dispersa, devido à falta de planejamento, o que auxilia na manutenção da desigualdade regional e na falta de acesso a recursos pelas regiões negligenciadas.

Além disso, **no período recente, o Brasil experimentou (e ainda experimenta) um intenso processo de desindustrialização** e reprimarização de sua base econômica, com participação crescente na economia das cadeias produtivas voltadas à produção de *commodities*, o que também afeta intensamente a economia mineira, acentuando um modelo de desenvolvimento estruturado sobre um modelo que favorece a manutenção e ampliação das desigualdades entre as regiões.

Por essas razões, **é necessário um olhar diferente** - técnica e solidariamente - para as regiões Norte, Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce. São territórios que necessitam da indução do Estado para se desenvolverem. Como não possuem uma base econômica que favoreça amplamente o desenvolvimento, políticas públicas estaduais destinadas a **pequenos e médios negócios** (urbanos e rurais), combinadas com políticas federais de transferência de renda, podem promover a **geração de renda local e a inclusão social**.

Há potencialidades a serem desenvolvidas e o apoio do Governo do Estado, em **diálogo com outros atores**, entre eles a Assembleia Legislativa, é fundamental para realizar diagnósticos de oportunidades

²⁷ Furlan e Simões (2022). Privações municipais e domiciliares em Minas Gerais: uma análise da desigualdade regional nos anos 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/neco/a/YJKtQdzVswHtfCWPS86x8tK/>

associadas a **necessidades e potencialidades locais e regionais**; assegurar suporte e inclusão de empreendimentos em cadeias produtivas, seja de indústrias tradicionais, inseridas em cadeias que integram setores consolidados, mas também no campo da indústria 4.0, da inovação, do setor de serviços e da economia criativa; na facilitação e desburocratização de processos legais e na valorização de aspectos sociais, ambientais e de governança.

As **commodities** possuem participação relevante na economia nacional e mineira. É necessário assegurar condições para a prosperidade de empreendimentos do agronegócio e do extrativismo (de minerais e outros produtos *in natura*). No entanto, cabe ao Governo do Estado, em parceria com os atores envolvidos nessas cadeias produtivas, conceber oportunidades para que os resultados da prosperidade econômica venham a se traduzir em benefícios sociais.

Neste contexto, se faz necessário **fortalecer o agronegócio**. O Brasil é o segundo maior exportador de grãos do mundo, com 19% do mercado internacional. Nos últimos 20 anos, as exportações chegaram a mais de 1,1 bilhão de toneladas, o que representou 12,6% do total exportado mundialmente. Estão na pauta de exportações brasileiras: a soja, o café, a cana-de-açúcar, a carne bovina - produtos "in natura" com pouco valor agregado e quase sem diferenciação. E Minas Gerais tem um **papel fundamental** nos resultados obtidos pelo agronegócio brasileiro.

A título de exemplo, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE, a produção de cana de açúcar (em 49 mil propriedades rurais) em Minas Gerais chegou a 66 milhões de toneladas; de milho em grão a 66 milhões de toneladas (142 mil propriedades rurais); de laranja foi de 918 mil toneladas (2,5 mil estabelecimentos); e de café, colhidos em 123 mil estabelecimentos rurais mineiros, alcançou 2,8 bilhões foi o número de pés²⁸.

Na **pecuária**, assim como na **lavoura**, os resultados revelados pelo Censo 2017, são expressivos. Minas Gerais tem um rebanho bovino estimado em 19,6 milhões de cabeças; produziu 8,7 milhões de litros de leite de vaca; tem 113 milhões de cabeças de aves (galinhas, frangos e galos); e produziu 391 milhões de dúzia de ovos.

É papel do Governo do Estado assegurar a inclusão da **agricultura familiar** e da **agricultura urbana** em bases agroecológicas, presente tanto no campo quanto nas cidades, às chamadas cadeias globais de valor (CGVs). De acordo com o relatório Trajetória da Agricultura Brasileira, da Embrapa, um dos grandes problemas do setor é "a grande desigualdade de produtividade e de renda no campo, o que tem sido atribuído ao fato de a maior parte dos pequenos produtores não ter sido capaz de adotar novas tecnologias".

A **agricultura familiar é uma vocação de Minas Gerais** e o Estado deve assumir a sua corresponsabilidade no fomento e assessoramento aos(às) agricultores(as), com objetivo de criar sistemas municipais cada vez mais fortes. Essas atividades garantem o alimento e o sustento de milhares de famílias, além de **contribuir com a preservação** da terra, da água e de outros recursos naturais. Mas esses empreendimentos precisam ser apoiados para terem mais acesso à **novas tecnologias** que incrementem a produção e aumentem a **produtividade**. A 'não adoção' de tecnologia é consequência de inúmeros fatores, como o elevado custo de incorporação das novas tecnologias, baixa escolaridade (dos produtores e trabalhadores rurais) e carência de políticas públicas".

Da mesma forma, há que se considerar a **necessidade de agregar valor aos produtos** que saem de Minas Gerais, seja por exemplo, por incrementos de qualidade na produção, valorização de origem e/ou método de produção, beneficiamento, ou por aplicações diversas na bioeconomia, com agendas aliadas à temática ambiental de forma que seja possível produzir mais, de forma mais eficiente, minimizando a

28 1,4 milhão de toneladas foi de café arábica (de alta qualidade) e 12,4 mil toneladas de café canephora (tende a apresentar um distinto paladar terroso/queimado, normalmente mais amargo do que o café arábica). Fonte: IBGE|Censo Agropecuário 2017.

degradação do meio ambiente ao mesmo tempo em que é promovida a sua recuperação. Por exemplo, somos o maior exportador mundial de café verde e a Alemanha a maior exportadora de café torrado, sendo que nem produz café.

Que inovar é preciso, dúvidas não há. Mas é preciso que o Governo de Minas assuma a sua posição de protagonista. A **certificação de origem** é um mecanismo para agregar valor a produtos, a exemplo do queijo Canastra e da cachaça de Salinas. Neste sentido, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (**Emater-MG**) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (**Epamig**) são grandes aliadas e precisam ser apoiadas e valorizadas para avançar na **identificação de potencialidades de produção**, dos(as) agricultores(as), diversidade de produtos, características regionais, complementaridade de cadeias produtivas e assegurar maiores condições comerciais aliadas à sustentabilidade tanto dos pequenos e médios agricultores quanto dos grandes produtores. **Pesquisa e Assistência Técnica**, aliadas a práticas de empreendedorismo e comercialização, são essenciais.

Essencial ainda é a articulação do Governo do Estado com o **universo acadêmico**, em especial as **universidades e institutos públicos** - federais e estaduais -, que, juntos, são responsáveis por mais de 90% da ciência e da tecnologia produzida no País. Nunca fez tanto sentido a máxima do “ganha-ganha”, popular na literatura do mundo dos negócios, mas nem sempre viável de ser colocada em prática. Por isso, a necessidade de atuar buscando **arranjos focados na integração**, no compartilhamento, com a atenção na somatória de esforços.

A ideia da **tríplice hélice**, projetos conjuntos que mobilizam a **ciência, o mercado e o poder público** na solução de problemas que impactam a sociedade é outro mecanismo a ser adotado. A perspectiva da parceria integrada, formada a partir do conceito da tríplice hélice, é fundamental para o fomento da produtividade agrícola e para que o país continue a abastecer o mercado interno e a ganhar espaço no exterior.

São necessárias ainda medidas que reduzam os **custos de produção** e o **preço de comercialização** de alimentos frescos e de boa qualidade, integrando comunidades, cidades e regiões. Para isso, os **mercados municipais e regionais, feiras e eventos** devem ser privilegiados para a ampliação das relações diretas dos produtores e consumidores no entorno das cidades.

O Estado tem papel relevante na **infraestrutura** ligada à produção e a sua **logística de distribuição**, seja ao lidar com a **escassez hídrica**, por exemplo, com programas que deem suporte à irrigação, em especial para os pequenos produtores, ou na recuperação e pavimentação de estradas, reduzindo prazos, custo de frete e, por consequência, tornando os **produtos mais competitivos** e favorecendo a circulação e acesso a mercadorias.

É importante estruturar também um **programa de microcrédito** para os pequenos empreendedores e produtores rurais. Pequenos negócios geram emprego nas regiões com menores índices de desenvolvimento, com **apoio das instituições de fomento** estaduais e federais, como o BDMG, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e o Banco do Nordeste para os municípios mineiros na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)²⁹. Neste sentido cabe refundar um diálogo profundo sobre a **Economia Popular Solidária**, retomando seu Plano Estadual e fortalecendo as ações junto ao Fórum Mineiro e ao Conselho Estadual.

Também é importante fortalecer estratégias de **capacitação e formação de mão-de-obra** e de empreendedores, utilizando parcerias com as instituições (inclusive as instituições públicas de ensino supe-

29 Autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, a Sudene tem como missão institucional "promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional". Estão sob jurisdição da Sudene os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e, parcialmente, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

rior) instaladas na região, como com o Sistema S.

O potencial dessas regiões para o **Turismo** também deve ser explorado adequadamente e de forma sustentável, combinado desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Mas é importante ter estudos sobre as potencialidades de cada sub-região, incentivando os **arranjos produtivos locais** com estratégias de apoio adequadas a cada situação.

O Governo do Estado precisa dispor de uma boa **estratégia de atração de investimentos**, planejando a conquista de novos e expansão de empreendimentos atuais com base em estudos das potencialidades dos municípios e da necessidade de complementaridade nas cadeias produtivas existentes e daquelas a serem estruturadas. É preciso pensar e agir no presente, dialogando com o futuro. Para tal, é fundamental ter uma estratégia de atendimento ao investidor, ao longo de todo o processo, da fase de projeto, passando pela inauguração do empreendimento e o início das operações.

A estatística de **atração de investimentos** divulgada pelo atual governo do Estado considera como atraídos projetos que apenas assinaram um documento de intenções, sem **nenhuma iniciativa concreta de instalação**. Portanto, produz indicadores e divulga uma conjuntura que não corresponde à realidade.

Outra perspectiva que não pode permanecer negligenciada é a da **logística de exportação**. Atualmente, empresas do estado enfrentam grande dificuldade na exportação de produtos. As deficiências logísticas são o principal entrave, mas também é importante pensar em estratégias de qualificação e apoio no desenvolvimento de produtos, principalmente para os pequenos negócios, visando garantir acesso a mercados para esse importante segmento econômico que promove geração de renda e inclusão social.

Também é importante ter uma política avançada de **investimento em Pesquisa e Desenvolvimento**, e para tal é necessário recuperar o papel da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), única agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas Gerais, e das universidades estaduais e federais presentes no Estado. O conjunto destas instituições precisa ser valorizado para se recuperar nossa agência de fomento à pesquisa e também nossa capacidade de investir em educação de qualidade e qualificação profissional.

Minas Gerais experimenta um ciclo de retrocessos ambientais. O Governo do Estado deveria ser protagonista na implementação de uma **política de meio ambiente** avançada, detentora de uma visão sistêmica capaz de articular mecanismos de proteção e conservação a práticas que objetivem e assegurem o desenvolvimento sustentável, geração de riqueza e renda. Mas, infelizmente, não o que vivenciamos nos últimos quatro anos.

É preciso **mudar o cenário** mineiro, **caótico, do ponto de vista ambiental e social**, criando um modelo de gestão de resíduos sólidos que considere as diversidades regionais, amplie as ações no território mineiro e integre as iniciativas das cooperativas e associações, incluindo os(as) catadores(as) de materiais recicláveis nesse processo.

Iniciativas como o Minas Sem Lixões e o Bolsa Reciclagem são exemplos de que é possível avançar nesse sentido, mas ainda apresenta resultados tímidos, considerando que **a grande maioria dos municípios não faz a destinação correta de seus resíduos sólidos**. O Bolsa Reciclagem, por exemplo, possui 138 entidades cadastradas e 2020 pessoas, ou seja, pode ser ainda mais expressivo no enfrentamento deste desafio. Devem ser incentivadas políticas sociais de inclusão produtiva na cadeia da reciclagem.

Desenvolvimento sustentável

Outra importante agenda (política, social e econômica) a ser enfrentada diz respeito a adoção de **modelos de desenvolvimento sustentável**. Para o Governo de Minas, áreas de preservação e parques são passivos fiscais, quando, na verdade, deveriam ser percebidas como grandes ativos de Minas Gerais. Atualmente, o monitoramento e a criação de **unidades de conservação** estão paralisados e também não se tem notícias de ações frente às **áreas protegidas**.

E não para por aí. Também foram **revogadas** importantes medidas que disciplinam o uso do solo urbano. Uma delas é o **Plano de Governança Urbanística e Ambiental** da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Decreto 44.500/2007, revogado pelo Decreto nº 48.063/2020).

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (**SEMAD/MG**), órgão do governo do Estado que deveria estar à frente da política de meio ambiente, converteu-se em uma estrutura de licenciamento, **focada apenas em “comando e controle”**.

O Governo de Minas atua alinhado ao *modus operandi* do Governo Federal: **a gestão ambiental está em segundo plano**. A atual política estadual de meio ambiente está **subordinada aos interesses de poucos**, quando, na verdade, deveria observar o interesse público, pois **trata-se de um direito difuso**, que merece atenção especial porque não atinge a alguém em particular, mas a todos ao mesmo tempo. A exploração mineral, por exemplo, tem se dado sem apresentar contramedidas para minimizar os impactos gerados pelas atividades de extração e beneficiamento de minérios.

A **Lei “Mar de lama nunca mais”** (Lei Estadual n.º 23291, DE 25/02/2019) é outro exemplo. Há um aspecto fundamental não regulamentado: a **caução ambiental**. Este dispositivo legal, que estabelece o mecanismo de indenizações caso ocorra um acidente ambiental, é necessário para que os danos, de qualquer natureza, sejam reparados. Além disso, a caução ambiental, que vem sendo defendida por especialistas em segurança de barragens, pode ser utilizada para descomissionar, ou seja, desativar, de maneira adequada, empreendimentos quando do término dos projetos. Mas o Governo do Estado parece não pensar dessa forma, insistindo em não tratar o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.

O **papel do poder público é criar pontos de convergência, arbitrando interesses**. Mas o atual Governo do Estado foca apenas em controle. Deixa de incentivar o uso sustentável da economia. Mas pode se repaginar com uma postura pioneira. O órgão estadual “Invest Minas”, antigo INDI, deveria ter compromisso com sustentabilidade, mudando o foco e aproximando as duas temáticas.

Portanto, diferente de como pensa e age o atual Governo do Estado, **priorizar o meio ambiente** não deve ser entendido como antagonismo entre os setores produtivo e de gestão dos recursos naturais. Muito pelo contrário. Uma visão moderna entende que o avanço da economia se dá de forma conciliada à preservação ambiental. **Desenvolvimento sustentável** é assegurar a existência das atividades econômicas, capazes de gerar trabalho, emprego e melhores condições para a vida, mas sem impedir que no futuro elas se esgotem ou simplesmente deixem de existir. Colocar o impacto econômico acima do ambiental é colocar a economia em risco. É preciso **enfrentar temas que estão na agenda da sustentabilidade econômica e ambiental**, como o efeito estufa, agendas azul, marrom e verde, entre outros.

Arranjos territoriais

Os **Arranjos Territoriais Ótimos** são modelos que têm comprovado a sua eficácia para a universalização de serviços públicos. Minas Gerais já conta com estudos desenvolvidos com apoio do Ministério do Meio Ambiente sobre a temática. Tais arranjos, que **favorecem pequenos e médios municípios**, viabilizam a gestão compartilhada de resíduos, via consórcio ou outra solução equivalente, somando esforços para uma solução conjunta e compartilhada.

Municipalizar de forma isolada mostrou-se inviável e inadequado. Muitos municípios não têm condições financeiras e estrutura técnica e de pessoal para arcar isoladamente com este desafio. Mas se o Governo Estadual coordenar a política, com consórcios intermunicipais de gestão de meio ambiente, isso pode reduzir custos e viabilizar a implantação.

Outro exemplo de ação inadequada do atual Governo de Minas foi a forma com a atual administração do Executivo Estadual encaminhou o processo para municipalizar a gestão ambiental. A ideia inicial era a de conseguir reduzir os prazos de licenciamento, como consequência da resolução do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). É preciso, contudo, esclarecer que o lado positivo da medida, a **redução do prazo de licenciamento**, não é mérito deste governo, mas **do governo anterior**, que regularizou a questão, criando câmaras técnicas que desafogam e desburocratizam o fluxo do processo de licenciamento.

Mas na gestão atual do Estado o que **tem ocorrido é uma “prefeiturização” do licenciamento, e não uma municipalização**. O processo foi feito sem critérios bem definidos e são exceção à regra os municípios que têm estrutura necessária para assumir a governança ambiental.

E como explicar que um município estruturado como Belo Horizonte não conseguiu a delegação de competência, enquanto outros bem menos estruturados conseguiram? O que **há é uma estrutura distorcida**, com instância diferenciada para análise de projetos de grandes empreendimentos. Apenas governo e empreendedores estão bem representados, o que gera uma análise distorcida, como a aprovação da atividade minerária na Serra do Curral. A descentralização ideal passa por uma estrutura com **Conselho Municipal de Meio Ambiente**, com participação da sociedade civil e governança participativa.

Interesse público

A **extração mineral** está na base da economia de Minas Gerais; mais do que isso, ela é **parte da identidade do estado**. A atividade extrativa mineral pauta o desenvolvimento estadual, favorecendo a economia de muitos municípios mineiros. Mas é preciso reconhecer que a atividade mineral **gera impactos ambientais**. O mesmo acontece com a pecuária e com a lavoura, que também são importantes segmentos para a vida dos mineiros.

Mas o problema não está nas atividades em si. O que **precisamos** enfrentar - e o que o governo de Minas Gerais não tem feito nos últimos quatro anos - é **construir soluções** e desenvolver condições para suprir as necessidades da sociedade no presente, **sem, contudo, comprometer ou esgotar os recursos para o futuro**.

Atualmente, o custo do minério está muito atrativo e a mineração tem se expandido pelo estado, mesmo quando o minério encontrado é de baixo teor. Mas se a atividade minerária não for bem gerenciada, ela poderá criar problemas graves, como aqueles que ocorreram em 2015 (em Mariana) e em 2019 (em Brumadinho). O **atual Governo do Estado tem uma relação de subserviência à mineração** e, além disso, o custo de degradação ambiental tem sido muito expressivo.

Diversidade, Preservação e Inovação Tecnológica

A geração econômica nas áreas de preservação é outro tema que precisa ser enfrentado de forma séria. As **concessões de parques retomam propostas da década de 2000**, como a Rota Lund. É necessário aproveitar o potencial do ecoturismo de Minas Gerais, atualmente subutilizado.

Minas Gerais é um dos territórios do mundo com maior diversidade de aves, pela confluência de diversos tipos de vegetação. Esse tema, se bem trabalhado, pode **gerar toda uma cadeia produtiva sustentável**. É fácil perceber que existe desenvolvimento econômico sustentável e geração de renda se observamos o mapeamento adequado:

- (i) dos potenciais de **ecoturismo**;
- (ii) da **vocação ecológica regional**; e
- (iii) das **áreas prioritárias de conservação da biodiversidade**.

O **potencial da agenda da biodiversidade** (preservação, bolsa verde, bolsa reciclagem, entre outros) é decisivo para a retomada de programas bem articulados de criação de áreas protegidas. Isso inclusive melhora a estratégia de conservação.

Biosaúde é outra pauta que oferece excelentes oportunidades de desenvolvimento. Em Minas Gerais, no entanto, esse tema é muito pouco trabalhado. É necessário **aproveitar a expertise das universidades públicas** (estaduais e federais) mineiras, responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão que assegurem qualidade de vida e de renda para a população. O **investimento em pesquisa** e a soma de esforços deve ainda considerar a expertise e a qualidade de projetos que possam ser executados com o envolvimento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (**EMATER-MG**), da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (**EPAMIG**), e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), além de outras fundações de apoio associadas a universidades e institutos federais.

Não é possível que o Estado, em pleno ano 2022, seja completamente analógico para enfrentar as demandas ambientais. É **preciso investir em tecnologia**. O licenciamento precisa de uma plataforma locacional, identificando os empreendimentos, portes e condicionantes. Colocar no mapa os pontos de restrição e de maior atenção ambiental seria um bom direcionador da política.

Tradição e Cuidado Ambiental

Minas Gerais tem tradição em cuidar do meio ambiente. E isso sem impedir o desenvolvimento econômico. Minas Gerais foi o primeiro estado a fazer o **inventário de emissão de efeitos estufas**, bem como ter o fórum estadual de efeitos climáticos.

Mas, hoje, por exemplo, a pauta de descarbonização da economia está paralisada. A assinatura de uma

carta de intenção na conferência de Glasgow, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 26), **foi apenas uma peça de marketing**. Depois da assinatura, nenhuma medida concreta foi tomada para cumprir com o que foi acordado na capital escocesa.

O Sistema Estadual de Meio Ambiente (**Sisema**), concebido para ser financeiramente sustentável, **precisa incorporar a sustentabilidade como premissa**. É necessário recompor o Sistema, observando-se possibilidades e propostas financeiras já analisadas neste Plano.

É possível, portanto, constatar por tudo que foi exposto, que Minas Gerais tem muito a avançar na agenda ambiental enquanto política pública com foco na preservação, recuperação e desenvolvimento. Temos a convicção da possibilidade e viabilidade de **colocar Minas Gerais nos trilhos do desenvolvimento sustentável**, com o olhar para as potencialidades e necessidades regionais e com ações efetivas para além de discursos, procedimentos ou processos meramente burocráticos.

Conclusão

Este Plano de Governo reitera o **compromisso de Alexandre Kalil** com o povo mineiro. Este Plano de Governo traz o desejo de Alexandre Kalil de iniciar uma nova página da história de Minas Gerais, **devolvendo o Estado e as políticas públicas ao verdadeiro proprietário: o povo de Minas Gerais**. Este Plano de Governo traz o sonho de Alexandre Kalil: **resgatar a dignidade de um povo, devolver o sorriso e a esperança** aos milhões de mineiros e mineiras.

O documento é um movimento necessário, esforço para assegurar **transparência** àquilo que Alexandre Kalil, candidato a Governador, e André Quintão, candidato a Vice do Estado, **esperam fazer por Minas Gerais nos próximos anos**. Deles, temos o compromisso de respeito e valorização, de forma sistêmica, da vida e das necessidades, urgências, dores e carências das muitas Geraes.

O futuro de Minas Gerais pode ser reescrito. **A esperança precisa ser recuperada.**

Em outubro, **para colocarmos a política a serviço do interesse público** do Brasil e de Minas Gerais, vamos juntos, com:

- Alexandre Kalil para Governador de Minas Gerais e André Quintão para Vice-Governador;
- Lula para Presidente da República;
- Alexandre Silveira para Senador de Minas; e
- as candidatas e os candidatos a deputado federal e estaduais da **Coligação Juntos Pelo Povo de Minas Gerais**: PSD, Federação Brasil da Esperança (FE Brasil) e PSB.

